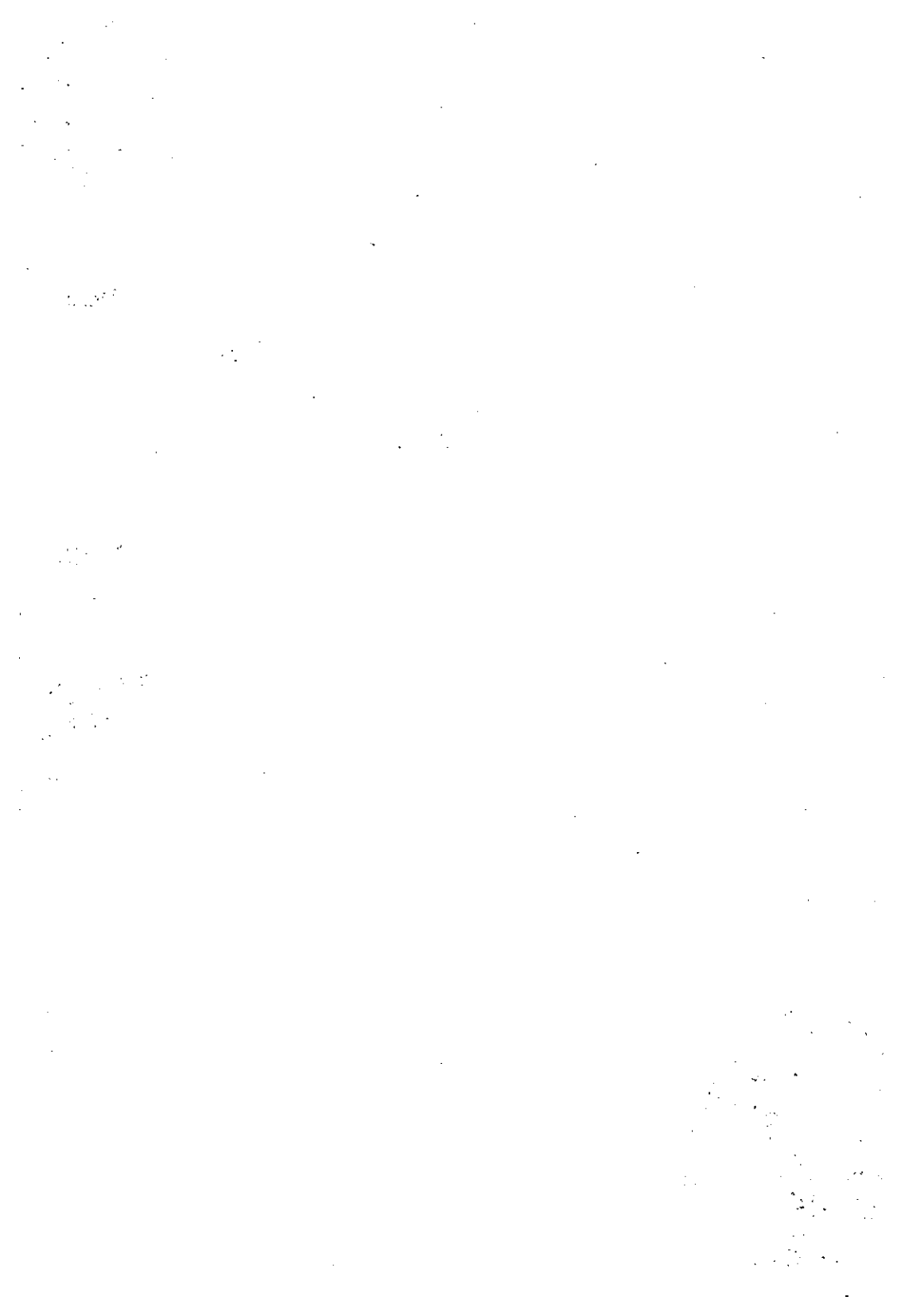


1

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

**O SISTEMA EMPRESARIAL
PÚBLICO NO BRASIL: GÊNESE E
TENDÊNCIAS ATUAIS**



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)
COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL)
CONVÊNIO IPEA-CEPAL

**O SISTEMA EMPRESARIAL
PÚBLICO NO BRASIL: GÊNESE E
TENDÊNCIAS ATUAIS**

Brasília, 1988

LC/BRS/L.07
BRASÍLIA, 1988

Este documento foi preparado pelo Professor Enrique Saravia, consultor da CEPAL, no âmbito do convênio IPEA/CEPAL. As opiniões expressas no mesmo são de exclusiva responsabilidade do autor, podendo não coincidir com as das instituições auspiciadoras.

O autor agradece a colaboração da Professora Susana Feichas, na atualização e revisão das listas e dados demonstrativos das empresas atuantes nos diversos setores da economia.

INDICE

Pág.

I. GENESE

A. Os prolegômenos.....	1
B. O primeiro governo de Getúlio Vargas.....	2
C. A Segunda Guerra Mundial.....	3
D. O Desenvolvimento.....	5
E. Os anos 70.....	8
F. As razões administrativas.....	8
G. A expansão do Estado como fenômeno mundial.....	12

II. SITUAÇÃO

A. O sistema empresarial público brasileiro, hoje.....	17
B. As empresas estatais por setor econômico (Quadros)...	18
I. Agricultura e silvicultura.....	18
II. Indústria extrativa.....	19
III. Indústria mecânica.....	22
IV. Indústria metalúrgica e siderúrgica.....	24
V. Indústria química.....	26
VI. Indústrias manufatureiras diversas.....	28
VII. Energia hidrelétrica e nucleelétrica.....	30
VIII. Comércio e abastecimento.....	31
IX. Transporte.....	36
X. Comunicação.....	39
XI. Construção civil.....	42
XII. Bancos, seguros e outras instituições financeiras.....	43
XIII. Outros serviços.....	46
XIV. Principais empresas estaduais não-financeiras.	49

III. TENDENCIAS

A. Expansão e voluntarismo político.....	51
B. A outra face do processo: a desestatização.....	52
C. O programa de desestatização do governo brasileiro...	54
D. A autonomia real das empresas estatais.....	59
E. Autonomia e controle.....	60

A N E X O S

	Pág.
I. RELACAO DE ABREVIATURAS.....	63
II. ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA.....	64
III. CLASSIFICACAO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS E ESTADUAIS ENTRE AS 500 MAIORES S.A. DO BRASIL (exercícios de 1985 e 1986).....	65
IV. EVOLUÇÃO DO NUMERO DE EMPREGADOS DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	66
V. EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	67
VI. EVOLUÇÃO DA RECEITA LIQUIDA DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	68
VII. INDICADORES DE PRODUÇÃO.....	69
VIII. INDICADORES DE PRODUÇÃO FISICA POR EMPREGADO.....	70
IX. ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	72
X. ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO.....	73
XI. ORIGEM DO ENDIVIDAMENTO.....	74
XII. AS MAIORES ESTATAIS SEGUNDO:	75
1. RECEITA LIQUIDA.....	75
2. NUMERO DE EMPREGADOS.....	75
3. TOTAL DE ATIVO IMOBILIZADO.....	75
4. TOTAL DE ATIVOS.....	75
5. PATRIMONIO LIQUIDO.....	76
6. RECURSOS DE TERCEIROS.....	76
7. INDICADORES DE DESEMPENHO-LUCRO LIQUIDO.....	76
8. INDICADORES DE DESEMPENHO-MAIORES PREJUIZOS.....	76
9. INDICADORES DE DESEMPENHO-MAIS RENTAVEIS.....	77
10. INDICADORES DE DESEMPENHO-GANHOS REAIS NA RECEITA LIQUIDA.....	77
11. INDICADORES DE DESEMPENHO-PERDAS REAIS NA RECEITA LIQUIDA.....	77
12. INDICADORES DE DESEMPENHO-PRODUTIVIDADE DOS ATIVOS.....	77
XIII. AS EMPRESAS ESTATAIS ENTRE AS MAIORES EMPRESAS BRASILEIRAS POR LUCRO LIQUIDO (Exercício de 1986).....	78

I. GENSESE

A. Os prolegômenos

A intervenção do Estado na economia constitui um fato consubstanciado com a tradição ibérica. Em todas as épocas, o governo - ou a Coroa metropolitana - interferiu profundamente nos afazeres econômicos da comunidade sob o seu domínio. Seus instrumentos principais foram a regulamentação e a tributação. A implantação de monopólios em favor da cabeça visível do poder e as proibições de produção e de comércio, foram políticas corriqueiras. Registraram-se, também, mas em escala relativa bem menor, incursões diretas na produção de bens e na prestação de serviços de natureza econômica. Criaram-se, por exemplo, o serviço postal, em 1662, e a Casa da Moeda da Bahia, em 1694, destinada a cunhar moedas. D. João VI fundou, em 1808, o Banco do Brasil, a Imprensa Régia - serviços de Imprensa da Coroa - e a real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema.

Depois da Independência e durante o Segundo Império foram criadas a Estrada de Ferro D. Pedro II (1858) e a Caixa Econômica e Monte de Socorro (montepio em 1861).

A ação intervencionista manteve-se apesar da adoção de instituições e discursos oriundos da filosofia política liberal.

O Estado gendarme, o Estado do "laissez faire" foi uma ficção defendida em incendiados discursos pelos que apoiavam o respaldo do poder político e, às vezes, dele se beneficiavam. Mas a ação dos particulares foi tradicionalmente fraca e dependente. Mesmo na época dos grandes investimentos estrangeiros na área dos serviços de infra-estrutura, o poder "concedente" estava sempre presente para diminuir ou eliminar os riscos do empreendimento.

Em 1890, após a Proclamação da República, foi criada a empresa de navegação Lloyd Brasileiro, quando o governo ordenou a fusão das empresas de quatro armadores privados que recebiam subsídios estatais. Nessa época já havia 12 ferrovias pertencentes ao Governo Federal, localizadas no Nordeste, Sudeste e Sul do país.

Mas a atuação principal do governo era a concessão de empréstimos especiais e a garantia de lucros para as companhias estrangeiras que investiam nos dois setores.

No início do século XX, a obrigação de garantir uma retribuição mínima às ferrovias de propriedade estrangeira tornava-se cada vez mais onerosa para o governo. Pensou-se que a obtenção de um empréstimo externo destinado à aquisição de algumas ferrovias seria menos gravoso para a economia nacional. Em consequência, o governo negociou em 1901 um empréstimo externo que seria aplicado na nacionalização de algumas ferrovias. Em 1929, quase a metade da rede ferroviária estava nas mãos do governo, pois o processo de nacionalização continuou. Na década de 50, a proporção chegou a 94%.

O crescimento da propriedade estatal no setor ferroviário foi consequência da não-lucratividade dos serviços e da mudança de atitudes do governo que não desejava continuar garantindo a remuneração do capital. Outro fator que conduziu ao aumento da atividade estatal nesse setor e em outros serviços de utilidade pública foi o controle governamental das tarifas. A preocupação de conciliar taxas adequadas de lucro para o investidor privado com tarifas socialmente justas para os usuários, tornou inevitável uma nacionalização gradual.

A Administração do Porto do Rio de Janeiro - hoje Companhia Docas do Rio de Janeiro - foi adquirida pelo governo em 1903. Entre 1903 e 1933 foi entregue a concessionários. A partir desse ano passou a ser administrada diretamente pelo Estado.

A década de 20 assistiu ao surgimento dos bancos estaduais. Anteriormente só estava em funcionamento o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (fundado em 1889) e o Banco da Paraíba (fundado em 1912). Os novos bancos tiveram como objetivo inicial o apoio ao setor agrícola nos respectivos Estados.

B. O primeiro governo de Getúlio Vargas

A postura intervencionista, plenamente vigente, mas desmoralizada pelas luzes do discurso liberal, vê-se legitimada pelo enxerto keynesiano na teoria clássica. A crise profetizada por Lord Keynes e outros raros visionários, ratifica a necessidade de uma intervenção tonificante, só adotada a partir de 1929. Ainda que fosse para revitalizar a empresa privada, a intervenção passou a ser considerada louvável. A sua legitimação pela doutrina econômica coincide com o auge das ideologias autoritárias e o descrédito relativo do liberalismo político. No Brasil, as tendências do momento traduzem na criação das autarquias reguladoras da produção e do comércio e na promulgação de programas e normas que legitimavam a posse, pelo Governo, de meios decisivos para conduzir a vida econômica.

As principais medidas adotadas nesse sentido foram o programa de apoio ao café - que implicou na fixação de preços e controle da produção -, o controle cambial implantado em 1931, a criação de autarquias destinadas a proteger e estimular o crescimento de vários setores (açúcar, erva-mate, sal, pinho,

pesca, marinha mercante, etc.). O Código de Aguas, baixado em 1934, conferiu ao Estado o poder de fixar tarifas elétricas.

Os anos 30 presenciaram a compra definitiva do Lloyd Brasileiro que, desde sua criação, havia estado alternadamente em mãos oficiais e privadas até 1937, quando foi transformado em autarquia federal.

Em 1940, foram nacionalizadas duas empresas privadas que serviam à região amazônica (Company of Port of Pará e The Amazon River Steam Navigation Company Ltd.), que foram fundidas no Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAAPP), desdobrado, em 1967, na Companhia Docas do Pará e Empresa de Navegação da Amazônia.

A Companhia Nacional de Navegação Costeira resultou da desapropriação, em 1942, do patrimônio da Companhia Lage e Irmãos, um armador particular. Foi transformada, em 1968, na Empresa de Reparos Navais Costeira.

Finalmente, a criação, em 1943, da empresa governamental Serviço de Navegação da Bacia do Prata, cujo objetivo era promover o transporte pelos rios Paraná e Uruguai; resultou da nacionalização de várias empresas privadas que serviam à região.

C. A Segunda Guerra Mundial

A Segunda Grande Guerra é a causa visível da aparição de um fenômeno que já estava latente no sistema econômico: a transformação do Estado em grande empresário. As necessidades de suprimento de insumos básicos para a produção é motivo para o início do processo. A segurança nacional - entendida no sentido puramente bélico - amplia suas fronteiras para abranger também as necessidades estratégicas e, progressivamente, tudo o que se relacionasse com a soberania da Nação.

Já se mencionou a expansão estatal no setor da Marinha Mercante, que alcançou seu clímax na década de 40, devido, fundamentalmente, às condições de guerra. Essas mesmas razões levaram o governo a criar, em 1940, a Fábrica Nacional de Motores (FNM). Seu objetivo inicial era a manutenção e produção de motores para aviões. Entretanto, também produziu tratores, caminhões, automóveis e refrigeradores. Em 1968, foi vendida a uma empresa estrangeira (Alfa-Romeo).

A Companhia Nacional de Alcalis foi criada em 1943, em razão do receio de que a escassez de barrilha paralisasse as indústrias dependentes desse produto.

A criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, é atribuível em grande parte, a considerações nacionalistas. As ricas jazidas de ferro de Minas Gerais atraíram, durante muitos anos, o interesse de investidores estrangeiros. Conforme

aumentava ou diminuía a oposição à participação de firmas estrangeiras, eram dadas ou retiradas concessões para exploração e exportação de minérios. Em 1942, foram canceladas as concessões outorgadas a um grupo estrangeiro para a exploração das jazidas de Itabira. Imediatamente, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, empresa estatal que se converteria na maior exportadora de minério do Brasil.

Durante esse período, o governo passou a atuar diretamente no processo de substituição de importações, nos casos em que a iniciativa privada revelou-se desinteressada ou escassa, ou pelo temor à escassez de produtos durante a guerra, ou por entender que havia chegado a oportunidade de desenvolver setores estratégicos para a expansão econômica do país.

Além das já enumeradas, surgiram a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), que começou a construir sua usina em Volta Redonda e a empresa Aços Especiais Itabira - ACESITA.

Na área financeira surgiu o Banco de Crédito da Borracha (1942), para ajudar a satisfazer a crescente demanda externa de borracha natural. Posteriormente, foi transformado no Banco de Crédito da Amazônia (1960) e, em seguida (1966), em Banco da Amazônia S.A. - BASA. Para fomentar o cooperativismo, foi criada a Caixa de Crédito Cooperativo, transformada, em 1966, em Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC. Para normalizar o setor de seguros, surgiu, em 1939, o Instituto de Resseguros do Brasil, que começou a funcionar em 1940.

A rede ferroviária governamental expandiu-se durante o período mediante a compra de várias empresas inglesas.

O argumento de que o Estado só intervinha quando a iniciativa privada não queria ou não podia fazê-lo - o caráter supletório ou subsidiário da ação estatal - raramente foi sincero. Sua presença permanente na prática oficial e sua consagração constitucional 1/, não modificam uma realidade que vai além do discurso racional e explícito: o Estado intervém toda vez que o processo político-econômico assim o exigir. A ação estatal na economia decorre das exigências da estrutura sócio-econômica.

1/ Constituição Federal, art. 170: "As empresas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas.

Parágrafo 1o. - Apenas em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica". (...)

A saída para determinação tão estrita está prevista no art. 163 da mesma Constituição: "São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais".

As razões de interesse nacional relativizam ao extremo o argumento da supletoriedade do Estado. Não interessa que os particulares possam e queiram realizar determinadas atividades econômicas, se o Estado e a sociedade - um, outro ou os dois - não o consideram conveniente. A realidade mostra que este é o único verdadeiro argumento. Nada tem de técnico-racional, mas isso é conatural à decisão política 2/

D. Desenvolvimento

As necessidades da segurança nacional 3/ acrescentou-se, posteriormente, um outro argumento que está no cerne das políticas desenvolvimentistas implantadas nos anos 50. Na base do conceito de desenvolvimento econômico, que vigorou a partir dessa época, há uma intenção de intervenção racional e voluntarista do Estado para induzir e orientar o crescimento da economia. Considerava-se que o esforço de industrialização - única forma possível, segundo o pensamento predominante, de conseguir o desenvolvimento - seria realizado pelos particulares nacionais e estrangeiros. O Estado devia, por sua vez, fornecer a infra-estrutura física e financeira necessárias para a industrialização. Porém, as tendências da economia internacional impediam que o Estado se limitasse a promover a prestação daqueles serviços. O capital estrangeiro culminava o processo de retirada da área dos serviços públicos. Só o Estado podia efetivar o enorme investimento necessário para manter e ampliar a infra-estrutura física. Só o Estado podia fornecer o crédito necessário para os novos empreendimentos industriais. E, além do mais, ele devia incentivar com todo o seu instrumental tributário e creditício, a realização da meta da industrialização. As condições oferecidas deviam ser ímpares, porque vários países tinham começado também os seus processos de desenvolvimento sobre bases semelhantes e as possibilidades de barganha dos fornecedores de capital se ampliavam consideravelmente. Novas razões, pois, para legitimar a intervenção de Estado. Tais razões e a urgência do processo levaram naturalmente ao estabelecimento ou à ampliação das empresas estatais de serviços públicos e de apoio financeiro.

A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, ocorrida em 1952, como consequência das recomendações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, inscreve-se nesta linha de pensamento. A Comissão tinha aconselhado a elaboração de um plano

2/ Getúlio Carvalho aponta que "ao tomar uma decisão, o administrador ou o legislador não lidam apenas com fatos e dados objetivos" e lembra que "como notou William H. White Jr., as decisões não podem ser científicas, pois as "opiniões, valores, e o debate constituem o cerne da política, podendo os fatos reduzir a arena do debate, não podendo porém, fazer mais do que isto": Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco. Rio de Janeiro, Forense, 1976, Págs. 66, 67 e 72.

3/ Não confundir estas "razões de segurança nacional" com a chamada "Doutrina da Segurança Nacional"

para a modernização da infra-estrutura do país (Programa de Reaparelhamento Econômico). O BNDE teve por finalidade original o financiamento, a longo prazo, do programa de crescimento e modernização da infra-estrutura nacional. Tinha também como objetivo o financiamento à indústria pesada e a certos setores agrícolas.

Outro fato importante foi a criação da PETROBRAS em 1953, à qual se concedeu o monopólio de exploração e refino do petróleo. O motivo original de sua criação foi a preocupação do governo em assegurar uma fonte interna de fornecimento. A medida que aumentava a pressão para que a lei de criação fosse aprovada, introduziram-se conotações nacionalistas, tal como a de não entregar a exploração de recursos não-renováveis do subsolo a empresas estrangeiras. A nova empresa absorveu a Frota Nacional de Petroleiros - FRONAPE, criada em 1950.

No setor financeiro também foi criado o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, para fornecer crédito a curto e longo prazo para o desenvolvimento dessa região brasileira. Na década de 60, esse banco converteu-se em agente financeiro da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A segunda metade do decênio (governo Kubitschek) caracteriza-se pela adesão explícita a um modelo de economia mista em que as empresas governamentais desempenhavam importante papel. A expansão e criação de órgãos autárquicos e sociedades de economia mista foi fruto, também, das tensas relações entre Poder Executivo e Congresso e da demora, por parte deste, em aprovar os orçamentos submetidos pelo Executivo. A execução das metas governamentais através de órgãos da administração indireta foi um artifício para dar maior flexibilidade à ação governamental. Também foi por esse motivo que às sociedades de economia mista corresponderam 70,77% dos empreendimentos do governo federal realizados durante esse período.

A crescente inflação conduziu ao controle de preços e tarifas, o que provocou uma retração da iniciativa privada no campo dos serviços de utilidade pública e, conseqüentemente, uma expansão estatal nessa área.

Dentro desse quadro geral é que foram criadas as seguintes empresas:

a) setor energético: Centrais Elétricas de Furnas (1957); Companhia de Eletricidade do Amapá (1950); Companhia Hidroelétrica do Vale do Paraíba (1960);

b) setor siderúrgico: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - USIMINAS (1956); Companhia Siderúrgica Vatu, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (1960). Foram transferidas ao Governo Federal, através do BNDE, a Companhia Ferro e Aço de Vitória - COFAVI (1959) e a Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA (1960);

c) setor de transporte: Rede Ferroviária Federal S.A., destinada a consolidar a administração das ferrovias de propriedade do Governo Federal conforme as recomendações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1957), e o Serviço de Transporte da Baía da Guanabara - STBG (1959).

Merece destaque a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, surgida em 1956 para dirigir os trabalhos de construção de Brasília. Uma vez cumprido seu objetivo, foi subdividida em várias empresas que contam com a participação do Governo do Distrito Federal.

Este é o instante de maior expansão do setor empresarial público que registra a história econômica brasileira. O processo produz as empresas que, por sua vez, realimentam o processo. Uma vez instaladas, elas devem manter o mercado para a colocação de sua produção. Devem também prever as necessidades futuras e aparelhar-se para satisfazê-las. Feitos os investimentos para isso, devem tonificar o mercado para que ele absorva as novas disponibilidades. De tudo isso depende a própria sobrevivência das empresas estatais. E elas - como toda organização sadia - buscarão sobreviver e crescer sem levar em consideração a vontade de quem lhes deu vida e é seu proprietário teórico 4/.

Antes de 1964 foram criadas a Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL e a Companhia Brasileira de Armazéns - CIBRAZEM, ambas em 1962, destinadas a aperfeiçoar o sistema de abastecimento de alimentos, armazenagem, silos e frigoríficos.

Em 1961, surgiu a ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras - como sociedade "holding" das empresas energéticas de propriedade federal.

No setor de mineração, surgiu a empresa Beneficiamento de Itabirito S.A. - BENITA (1961), e no setor de transportes, a Companhia de Navegação - DOCENAVE, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (1963).

Após 1964, o governo começou a atuar em novas áreas. Assim, em 1965, foi criado o Banco Nacional da Habitação - BNH, que se converteu rapidamente em uma poderosa agência financeira.

4/ "A medida que crescem as empresas privadas, seus acionistas se tornam cada vez menos atuantes no processo de tomada de decisões. Nas empresas públicas, o papel desempenhado pelo Congresso torna-se cada vez menos relevante quando estas organizações, presumivelmente controladas pelo governo, mostram-se capazes de gerar os recursos necessários para o reinvestimento. A autonomia, portanto, tende a ser procurada tanto pelas empresas particulares, como pelas governamentais, independentemente da ideologia pessoal de seus administradores". CARVALHO, Getúlio, op.cit., pp. 94-95.

A rede de telecomunicações, nacionalizada nessa época, foi colocada sob a égide de uma nova empresa "holding", a Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL, inspirada no propósito de aperfeiçoamento da infra-estrutura e razões de segurança nacional.

Entre as numerosas empresas criadas durante a década, deve-se destacar a Empresa Brasileira de Turismo S.A. - EMBRATUR, destinada a promover o turismo e financiar projetos ligados a essa atividade. Através dela procura-se alcançar maior integração nacional e desenvolver uma fonte geradora de divisas. Surgiram também a Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER, que fabrica aviões sob licença, além de projetar e construir modelos próprios, e a Empresa Brasileira de Filmes S.A. - EMBRAFILME, cujo objetivo é a distribuição e promoção de filmes brasileiros no exterior.

E. Os anos 70

Entre 1970 e 1979, o processo iniciado no decênio anterior seguiu a mesma linha, especialmente no que se refere à consolidação do setor e a sua reorganização. Continuou, também, a expansão acelerada das empresas mais importantes.

Nesse sentido, cabe assinalar a criação da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS, "holding" na área das telecomunicações (1972) e da Siderúrgica Brasileira S.A. - SIDERBRAS, "holding" siderúrgica (1973). Surgem também a Portos Brasileiros S.A. - PORTOBRAS, "holding" das diversas empresas administradoras de portos (1975), a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - INFRAERO, administradora dos aeroportos (1972) e a Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL (1975).

Aparecem também várias empresas subsidiárias da PETROBRAS e da Companhia Vale do Rio Doce que se transformaram, assim, em empresas "holding" sem abandonar suas atividades de produção direta.

F. As razões administrativas

Ao longo do período 1950-1979, algumas vezes se levantaram contra a expansão estatal, em nome da ortodoxia econômica, ou porque a concorrência pública eliminava a possibilidade de usufruir de fatias atraentes do mercado. Denunciava-se a ação estatal nas áreas que este reservava para si por razões de interesse nacional. Nunca, ou muito raramente, recriminou-se o Estado por sua intervenção para fornecer insumos baratos ou para salvar empresas privadas em estado técnico de falência. Mas, os defensores do liberalismo clássico ou neoclássico curvaram-se diante das exigências do processo. O Brasil registra os maiores índices de estatização, a partir do momento em que seus

principais ministérios econômicos foram ocupados por partidários convencidos da teoria econômica "ortodoxa" 5/.

Também as necessidades de desenvolvimento evidenciaram outro problema até agora não resolvido: a lentidão e a ineficácia do aparelho burocrático tradicional. Aquilo que no Brasil denominou-se de "administração direta" complementada pela quase totalidade das entidades constituídas sob a figura jurídica da "autarquia" 6/.

Na própria origem das empresas estatais - e das entidades de "administração indireta", em geral - subjaz uma constatação empírica: as novas incumbências estatais, especialmente as de natureza econômica, precisam de uma agilidade e de uma flexibilidade que não se coadunam com a racionalidade burocrática tradicional. Faz-se necessário, pois, revesti-las de formas jurídicas que lhes assegurem racionalidade empresarial e, como pressuposto para ela, que lhes transmitam autonomia para gerir seus próprios negócios, isto é, autonomia de gestão.

A operação se justifica quando se trata de empreendimentos de natureza econômica. Mas, o governo percebeu que a fórmula empresarial servia-lhe, também, para agilizar outras atividades, cuja essência era diversa. Apareceram, então, entidades configuradas formalmente como empresas estatais, mas cuja prestação não era de natureza empresarial. Em lugar de agilizar a estrutura da administração central, o governo optou por estender a figura empresarial a entidades cujos empreendimentos são substancialmente diferentes aos de uma empresa. As distorções decorrentes desta operação "contra-natura" configuram um vasto acervo de absurdos administrativos existente na administração pública 7/.

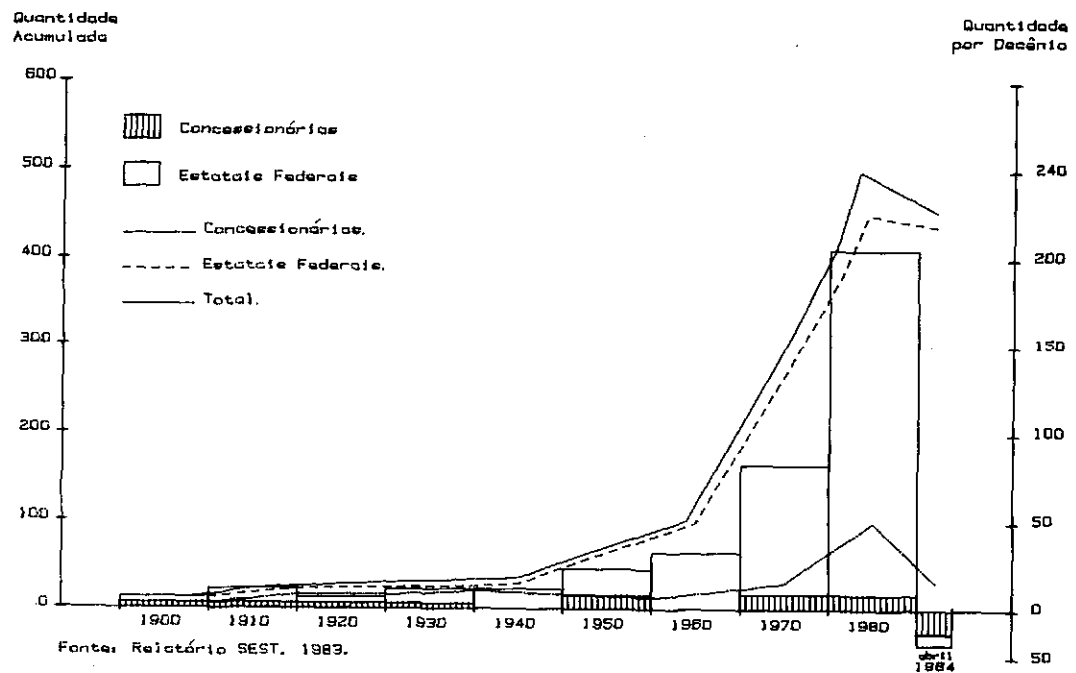
5/ De acordo com a Secretaria de Controle das Empresas Estatais - SEST, entre 1960 e 1970 surgiram 153 empresas estatais e, entre 1970 e 1980, o número atingiu a cifra de 215 (Vide quadro I). Em 1985, elas são, segundo a SEST, 226 (Vide quadro II). De acordo com os nossos dados, na conclusão do exercício 1985, elas eram 275 (210 sociedades anônimas, 29 sociedades limitadas e 27 empresas públicas).

6/ Entidades descentralizadas, com personalidade jurídica de direito público, com finalidades administrativas ou tipicamente estatais (instituições normativas, reguladoras de atividades econômicas ou sociais, ou prestadoras de serviços de natureza não econômica, como educação, saúde, cultura, etc.). Com exceção das "autarquias especiais" - como o Banco Central do Brasil - estão sujeitas às normas do serviço público, tais como escalas salariais, regime de contratações, etc..

7/ Por exemplo, funcionários contratados pelas empresas para prestar serviços no ministério vinculativo; há casos em que estes funcionários controlam desde o ministério à empresa da qual recebem o seu salário. Compra de automotores pelas empresas para servirem aos ministérios que padecem de limitações para essa operação ou para gastos com combustíveis, etc.

QUADRO I

EVOLUÇÃO DO UNIVERSO DAS ESTATAIS
Número de Empresas - Distribuição por Década



QUADRO II

DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS
ESTATAIS POR SETOR E NATUREZA JURIDICA

Situação em 01.07.86

SETORES	Empre- sa pú- blica	Socie- dade de eco- nomia mista a/	Autar- quias	Funda- ções	TOTAL
Setor Produtivo Estatal	10	169 b/	-	-	179
Entidades Típicas de Governo	12	9	-	-	21
Setor Financeiro	4	15	1	-	20
Previdência Social	1	-	3	2	6
ESTATAIS FEDERAIS	27	193	4	2	226
Concessionárias Estaduais	-	26	-	-	26

a/ Inclusive as controladas.

b/ Inclusive ITAIPU BINACIONAL e a CEPEL que é Sociedade Civil.

Fonte: SEPLAN/SEST. Perfil das empresas estatais. 1986.

G. A expansão do Estado como fenômeno mundial

O fenômeno descrito não aconteceu apenas no Brasil. A Europa Ocidental e a América Latina vivenciaram também esse processo. As empresas públicas foram consideradas instrumentos aptos para as tarefas de reconstrução da Europa destruída pela guerra. Surgidas em muitos casos por outras considerações, especialmente aquelas derivadas das ideologias autoritárias e do enxerto Keynesiano 8/, modificaram-se e cresceram para atender às incumbências emergentes. Adquiriram, assim, sua feição moderna burilada pela ação do sindicalismo 9/.

Os processos desenvolvimentistas na América Latina, moldados na doutrina da CEPAL, utilizaram até a exaustão a ferramenta empresarial; seja para fornecer a infra-estrutura física e financeira necessária para a industrialização; seja para estabelecer as indústrias idealizadas nos planos, mas que os particulares não queriam ou não podiam implantar; seja para evitar que indústrias privadas falidas encerrassem suas operações, prejudicando, destarte, o desenvolvimento; seja, enfim, para aliviar as mazelas sociais produzidas pelo crescimento econômico e sua seqüela de urbanização rápida e irracional.

Outras regiões do mundo assistiram ao mesmo fenômeno. Além das economias centralmente planejadas, onde motivações mais políticas do que ideológicas conduziram a uma estatização em graus diversos, muitos países do mundo então não-industrializado presenciaram o crescimento acelerado do aparelho empresarial do Estado 10/.

8/ Por exemplo, o Instituto per la Ricostruzione Industriale - IRI, criado na Itália em 1936, o Instituto Nacional de Industrias - INI, criado na Espanha em 1941, a Volkswagenwerk, criada como estatal na Alemanha durante o período hitlerista.

9/ É o caso da Inglaterra, da Suécia, da França, da Itália e de outros países da Europa Ocidental.

10/ Os quadros III, IV e V exibem as dimensões das principais empresas estatais a nível mundial.

QUADRO III

EMPRESAS ESTATAIS ENTRE AS 100 MÃEDES FORA DOS ESTADOS UNIDOS, SEGUNDO VENDAS

No.	NOME	PAIS	ATIVIDADE	VENDAS(1000 US\$)	PAT.LIQUIDO(1000 US\$)	EMPREGADOS
31(11)	IRI	Itália	Holding Industrial	31.561.709	17.699.776 (2)	471.366(2)
10(20)	ENI	Itália	Petróleo	22.549.921	6.845.417 (19)	129.903(32)
18(31)	RENAULT	França	Veículos	17.661.021	(1.465.893)(499)	182.448(11)
20(33)	ELFARAFITAINME	França	Petróleo	17.287.058	7.950.917 (12)	71.350(63)
26(44)	PETROBRAS	Brasil	Petróleo	14.701.534	8.287.636 (11)	64.319(76)
27(48)	KUWAIT NATIONAL PETROLEUM	Kuwait	Petróleo	13.911.716	13.729.409 (6)	15.402(289)
28(49)	FRANCAISE DES PETROLES	França	Petróleo	13.821.041	3.630.861 (41)	40.253(119)
36	GENERALE d'ELECTRICITE	França	Eletricidade	11.681.337	1.321.515 (135)	149.010(20)
38	SAINT GOBAIN	França	M. Construção	11.222.417	1.994.189 (80)	147.759(22)
40	PENEX	México	Petróleo	11.032.902	13.616.567 (7)	155.907(19)
49	PETROLEOS DE VENEZUELA	Venezuela	Petróleo	9.249.726	16.596.548 (4)	44.674(105)
50	THOMSON	França	Eletrônica	9.045.864	882.547 (187)	105.000(41)
53	INDIAN OIL	Índia	Petróleo	8.076.884	764.138 (215)	31.998(148)
59	RHONE-POULENC	França	Química	7.608.344	2.116.983 (77)	94.600(50)
62	BRITISH COAL	Gr. Bret.	Carvão	7.352.956	(53.046)(495)	199.600(10)
63	NORSK HYDRO	Noruega	Eletricidade	7.331.609	-----	43.122(108)
66	DSM	Holanda	Química, Gás	7.231.699	1.371.231 (128)	27.315(177)
68	VOEST-ALPINE	Austria	Siderurgia	7.079.471	359.248 (359)	65.100(73)
74	STATOIL	Noruega	Petróleo	6.647.776	707.390 (223)	8.471(393)
80	SACILOR	França	Siderurgia	6.354.075	357.221 (362)	55.573(85)

Fonte: Revista Fortune, August 3, 1987.

QUADRO IV

BANCOS ESTATAIS ENTRE OS 100 MAIORES BANCOS FORA DOS ESTADOS UNIDOS, SEGUNDO ATIVOS

No.	NOME	PAIS	ATIVOS (US\$)	AGENCIAS	EMPREGADOS
7	Caisse National de Crédit Agricole	França	156.295.970	10.160	73.228
8	Banque National de Paris	França	143.606.020	2.578	58.625
13	Crédit Lyonnais	França	133.691.709	2.591	54.557
19	Société Générale	França	117.431.577	2.236	43.655
26	Cie. Financiere de Paris et des Pays Bas	França	94.380.586	1.189	28.000
33	Westdeutsche Landesbank Girozentrale	Alemanha	77.056.715	14	7.291
35	Banca Nazionale del Lavoro	Itália	75.881.461	430	26.154
41	Banco do Brasil	Brasil	67.192.574	2.285	118.281
48	Instituto Bancario San Paulo di Torino	Itália	60.085.138	665	17.845
52	Shoko	Jap�o	57.563.422	91	6.471
53	Banca Commerciale Italiana	Itália	55.582.076	556	21.584
56	Monte dei Paschi di Siena	Itália	53.622.646	772	16.523
57	Banco di Roma	Itália	52.739.283	403	15.713
58	Cie. Financiere de Suez	França	52.271.677	587	17.607
61	Norddeutsche Landesbank Girozentrale	Alemanha	50.175.606	215	6.100
64	Credito Italiano	Itália	47.113.812	496	17.206
66	Banco di Napoli	Itália	45.130.715	502	13.600
69	Bank Melli Iran	Ir�	41.230.280	1.850	20.158
72	State Bank of India	�ndia	38.007.622	11.171	280.023
76	Banque Francaise du Commerce Exterieur	França	35.727.208	30	2.889
79	Creditanstalt-Bankverein	Austria	32.815.453	338	9.835
81	Credit Commercial de France	França	32.430.190	424	12.504
90	Commonwealth Banking	Austrália	26.701.982	1.277	33.364
92	National Australia Bank	Austrália	26.621.045	1.653	23.711
93	Post-och Kreditbanken	Suécia	26.365.012	140	4.515
98	Banco di Sicilia	Itália	24.781.012	328	9.159

Fonte: Revista Fortune, Aug. 3, 1987.

QUADRO V

MAIOR EMPRESA DO PAIS (SE ESTATAL) 37 PAISES (17)

Argentina	Yacimientos Petroliferos Fiscales (YPF)	Petróleo	138
Austria	Viest-Alpine	Siderurgia	68
Brasil	Petrobras	Petróleo	26
Chile	Corporacion del Cobre (CODELCO)	Mineração	340
Colômbia	Empresa Colombiana de Petroleos	Petróleo	362
Espanha	EMP	Petróleo	177
Finlândia	Neste	Petróleo	109
França	Renault	Petróleo	18
Índia	Indian Oil	Petróleo	53
Itália	IRI	Holding Industrial	3
Kuwait	Kuwait Petroleum	Petróleo	27
México	PEMEX	Petróleo	40
Noruega	Norsk Hydro	Eleticidade	63
Portugal	PETROGAL	Petróleo	356
Taiwan	Chinese Petroleum	Petróleo	104
Venezuela	Petroleo de Venezuela	Petróleo	49
Zâmbia	Zambia Industrial & Mining	Mineração/Alimentos	272

 Fonte: Revista Fortune, Aug. 3, 1987.

II. SITUAÇÃO

A. O Sistema empresarial público brasileiro, hoje

As diferentes variáveis enunciadas levaram à constituição de um conglomerado empresarial de características peculiares, como aparece nos quadros a seguir.

Os dados foram extraídos das fontes mencionadas na página 17. Para melhor compreensão dos quadros, ver a Relação de Abreviaturas no ANEXO I.

As empresas foram classificadas de acordo com o setor econômico em que elas atuam, agrupando-as de acordo com a classificação internacional da Organização das Nações Unidas (ST/STAT/SER.M/4Rev.1).

Indica-se, em cada classe, o nome completo e a sigla da empresa; o ministério a que cada uma está vinculada ou, se for o caso, se ela é subsidiária de outra empresa estatal; o instrumento jurídico de criação ou de incorporação ao patrimônio público; a sua forma jurídica; a sua colocação entre as 500 maiores sociedades anônimas brasileiras - de acordo com a classificação elaborada pela Fundação Getúlio Vargas e publicada na Revista Conjuntura Econômica -; o patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo líquido, no exercício fiscal de 1985; o nome do principal acionista e a percentagem que ele detém do capital da empresa; o número de empregados e a principal atividade da empresa.

2. AS EMPRESAS ESTATAIS POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a classificação internacional da ONU)

1. AGRICULTURA E SILVICULTURA

Nome da empresa, sigla e vinculação ministerial	Instrumento jurídico e ano de criação ou incorporação ao patrimônio público	Forma jurídica. Se subsidiária, sigla do acionista majoritário	Classificação entre as 500 maiores empresas nacionais (1985)*	Patrimônio líquido (Cr\$1.000.000)	Lucro (ou prejuízo) líquido (Cr\$1.000.000)	Principal acionista (1985)	Número de empregados	Principal Atividade (1985)
1. Florestas Rio Doce S.A.- FRDSA (s) (A)	i.p. 26/10/1967	SEM. S. CVRD	333	1.063.067,0	10.242,0	CVRD: 99,62%	3.430	Florestamento
2. Acesita Energetica S.A. (s) (B)	i.p. 07/06/1974	SEM. S. ACESITA		376.777,0	(15.837)	ACESITA: 99,99% ⁽¹⁾	6.436	Florestamento
3. Cenibra Florestal S.A.	01.1984	SEM. S. CENIBRA				CENIBRA		Florestamento

(1) Percentual do capital votante

(*) Fonte: Conjuntura Econômica, vol. 40, no.8, ago. 1986 (As 500 maiores do Brasil, Sociedades anônimas não-financeiras).

(A) Relatório da empresa "Holding" - 1985

(B) SEST - Perfil das empresas estatais - 1986, vol.2

(C) Conjuntura Econômica, vol. 40, no.8, ago. 1986 (As 500 maiores do Brasil - Sociedades Anônimas não-financeiras).

Se não houver indicação, os dados foram extraídos do relatório da empresa - 1985.

2. AS EMPRESAS ESTATAIS POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a classificação internacional da ONU)

II. INDUSTRIA EXTRATIVA

Nome da empresa, sigla e vinculação ministerial	Instrumento jurídico e ano de criação ou incorporação ao patrimônio público	Forma jurídica. Se subsidiária, sigla do acionista majoritário	Classificação entre as 500 maiores empresas nacionais (1985)	Patrimônio líquido (Cr\$1.000.000)	Lucro ou prejuízo líquido (Cr\$1.000.000)	Principal acionista (1985)	Número de empregados	Principal Atividade (1985)
1. Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS (MME)	L. 2064-3/10/1953	SEN. Holding	1	58.760.972,0	11.129.859,0	GF: 81,589% ⁽¹⁾	53.972	Pesquisa, produção, refino, transporte e importação de petróleo. "Holding".
2. Petrobrás Mineração S.A. PETROMISA (SI)	i.p. 14/02/1977	SEM. S. PETROBRAS	417	2.044.270,6		PETROBRAS:99,99%	637	Pesquisa e produção de minério não petrolífero.
3. Petrobrás Internacional S.A. BRASPETRO (SI)	i.p. 5/04/1972	SEM. S. PETROBRAS	271	1.341.671,3	90.727,8	PETROBRAS:99,99%	327	Atividades petrolíferas no exterior.
4. Braspetro Algeria S.A. ALGERIE (SI) (SI)	i.p. 10/01/1975	SEM. S. BRASPETRO		174.537,0	12.400,0	BRASPETRO: 99,34%	3	Atividades petrolíferas na Argélia.
5. Braspetro Oil Services Company - BRASOIL (SI) (SI)	i.p. 20/01/1977	SEM. S. BRASPETRO		1.326.638,0	324.322,0	BRASPETRO:99,99%	90	Serviços para a atividade petrolífera.
6. Cia. Vale do Rio Doce - CVRD (MME)	D.L. 4382 de 1/26/1942	SEM. Holding	1	27.761.397,0	3.575.913,0	GF:89,354% ⁽¹⁾	22.472	Exploração - produção e comercialização de ferro. "Holding".
7. Rio Dore Benlogia e Mineração S.A.-DOCEGEO (SI)	i.p. 7/07/1971	SEM. S. CVRD		24.860,0	232,7	CVRD:79,9%	1.428	Pesquisa e produção de minério.
8. Ferritas Magnéticas S.A. FERRAG (SI) (SI)	i.p. 15/02/1976	SEM. S. CVRD		8.993,0	2.777,0	CVRD:10,6%	40	Produção e comercialização de óxido de ferro.

11. INDUSTRIA EXTRATIVA (continuação)

	9. Minas de Serra Geral S.A. (A)	10. Cia. de Pesquisas e Recursos Minerais - CPRM (IME)	11. Cia. Brasileira de Cobre CCB (A)	12. Cia. Brasileira de Zinco-ZBRM (S) (B)	13. Nuclebrás - Nuclebrás de Itaipua S.A. - NUCLEBR (S)	14. NUCLEBRON - Nuclebrás de Monazita e Associação Ltda. (S)	15. Empresa Carbonífera Próspera S.A. - PROSFERA (S) (B)	16. Carvão Melás S.A. - Indústria e Comércio (S) (B)	17. Mineração Caracat Ltda. (S) (B)	18. Mineração Caribau Ltda. (S) (B)	19. Mineração Caracua Ltda. (S) (B)	20. Mineração Caracua Ltda. (S) (B)	21. Mineração Carabau Ltda. (S) (B)	22. Mineração Caribau Ltda. (S) (B)	23. Mineração Carabau Ltda. (S) (B)
	L.P. 30/09/1966	OL. 764 de 15/09/1969	L.P. 2/09/1942	L.P. 5/03/1943	O. 76902 de 16/12/1975	L.P. 22/03/1976	L.P. 25/07/1924	L.P. 0/09/1989							
	SEN. S. CNUB	SEN.	SEN. S. BNEESPAB	SEN. S. CBC	SEN. S. NUCLEBRAS	SEN. S. NUCLEBRAS	SEN. S. CSN	SEN. S. BNEESPAB	S. CBC	S. CARABAU	S. CARABAU	S. CARABAU	S. CARABAU	S. CARABAU	S. CARABAU
	160.894,0	581.436,0	(6)256.251,0	120,00	(26.977,9)	31.677,2	249.356,1	3.418,43							
	75.952,0	339,6	(31.229,1)		(93.489,5)	12.357,8)	22.409,1	(1.459.376)							
	CNUB: 511	65.95.328(11)	BNEESPAB: 99,982 (11)		NUCLEBRAS: 512	NUCLEBRAS: 1002	CSN: 95,972	BNEESPAB: 99,993 (11)							
	Produção de ferro.	Pesquisa e exploração de minerais	Produção de cobre.	Produção de zinco.	Exploração e produção de minerais nucleares.	Exploração e produção de monazita.	Exploração de carvão.	Exploração e Comercialização de minérios.	Exploração de minérios.	Exploração de minérios.	Exploração de minérios.	Exploração de minérios.	Exploração de minérios.	Exploração de minérios.	Exploração de minérios.
		3.442	1.132	in.	4	672	2.361	3.944							

II. INDUSTRIA EXTRATIVA (continuação)

24. Mineração Caraca Ltda. (s) (B)	S. CARAIBA	CARAIBA: 76,00% ⁽¹⁾	Exploração de minérios.
25. Mineração Carbre Ltda. (s) (B)	S. CARAIBA	CARAIBA: 86,00% ⁽¹⁾	Exploração de minérios.
26. Mineração Carzinsco Ltda. (s) (B)	S. CARAIBA	CARAIBA: 82,00% ⁽¹⁾	Exploração de minérios.
27. Mineração Viciosa S.A. (s) (B)	S. CARAIBA	CARAIBA: 79,33% ⁽¹⁾	Exploração de minérios.
28. Alcais Geologia Ltda. (s) (B)	S. CNA	CNA: 98,00% ⁽¹⁾	Exploração de minérios.
29. Alcais Mineração Ltda. (s) (B)	S. CNA	CNA: 98,00% ⁽¹⁾	Exploração de minérios.
30. Empresa de Mineração Aquidana Ltda. (s) (B)	S. CNA	CNA: 98,00% ⁽¹⁾	Exploração de minérios.
31. Empresa de Mineração Jandaira Ltda. (s) (B)	S. CNA	CNA: 98,00% ⁽¹⁾	Exploração de minérios.
32. Empresa de Mineração Riachuelo Ltda. (s) (B)	S. CNA	CNA: 98,00% ⁽¹⁾	Exploração de minérios.

(1) Percentual do capital votante

2. AS EMPRESAS ENTATADO POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a classificação interoacional da ONU)

III. INDUSTRIA MECANICA

Nome da empresa, sigla e vinculação ministerial	Instrumento jurídico e ano de criação ou incorporação ao patrimônio público	Forma jurídica. Se subsidiária, sigla do acionista majoritário	Classificação entre as 500 maiores empresas nacionais (1985)*	Patrimônio líquido (Cr\$1.000.000)	Lucro (ou prejuízo) líquido (Cr\$1.000.000)	Principal acionista (1985)	Número de empregados	Principal Atividade (1985)
1. Dia. Eletromecânica - DELMA (Mar.) (B)	D. 57.632 28/01/66	SEM.		228.477,0	27.850,0	BF: 87,184%	1.676	Conservação de turbinas de avião.
2. Forjas Acesita S.A. - FASA (s) (A)	i.p. 07/02/1974	SEP. S. ACESITA		121.875,2	(83.302,6)	ACESITA: 80,962% BB: 16,20%	682	Fabricação de forjados de ferro.
3. Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL (MEs). (S)	L. 6227, de 14/07/1975	EP		509.756,0	8.827,0	GF: 100%	2.650	Projeto e fabricação de armas de guerra.
4. Projeto Produtos Eletrônicos S.A. (s) (B)	i.p. 29/10/1980	SEP. S. IMBEL		10.153,0	357,0	IMBEL: 100%	480	Projeto e produção de elementos eletrônicos e informáticos.
5. Material Ferroviário S.A. - MAFERSA (s) (B)	i.p. 31/01/1944	SEP. S. BNDES	146	672.654,0	109.802,0	BNDES: 100%	2.749	Fabricação de locomotivas e vagões ferroviários.
6. Usinas Nucleares S.A. USINUC (s) (B) 2-A	i.p. 25/03/1971	SEP. S. BNDES		955.634,0	(346.633,0)	BNDES: 90,803% ⁽¹⁾	2.689	Fabricação de equipamentos para a siderurgia e a metalurgia.
7. Empresa Gerencial de Projetos Navais - ENGEPRON (MM). (B)	L. 7909, de 09/06/1982	EP		12.868,0	5.099,0	GF: 100%	6	Projetos e construção de navios militares.
8. Empresa Brasileira de Aeroespacia S.A. - EMERBAER (Mar.) (B)	L. 770, de 10/02/1969	SEM	313	1.055.182,0	(50.933)	GF: 57,043% ⁽¹⁾	7.736	Fabricação de aviões.

III. INDUSTRIA MECANICA (continuação)

9. Embraer Aircraft Corporation - AIRCRAFT (s) (B)	DL. 1.768, de 14/02/1980	SEM. S. EMBRAER	96.293,0	135,1001	EMBRAER: 100%	60	Comercialização de produtos aeronáuticos.
10. Indústria Aeronáutica Neiva S.A. NEIVA(s) (B)	DL. 1.769, de	SEM. S. EMBRAER	28.034,0	2.913,0	EMBRAER: 100%	517	Fabricação de aviões.
11. ENGENATIC - Engenharia Hidráulica e Instrumentação S.A. - (s) (B)	i.p. 13/10/1965	SEM. S. EMBRAER	(8.452,0)	(14.015,0)	EMBRAER: 51,75% BNDESPAR: 44,36%	126	Fábrica de instrumentos para a aeronáutica
12. Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP (s)	D. 76.805, de 16/12/1975	SEM. S. NUCLEBRAS	459.057,7	(362.553,9)	NUCLEBRAS: 98,194%	806	Fabricação de equipamentos para as usinas nucleares.
13. Fabrica de Estruturas Metálicas S.A. - FEM (s)	i.p. 29/12/1975	SEM. S. CSM	99.044,3	148,8	CSM: 99,98%	3.793	Fabricação de estruturas metálicas.

(1) Percentual do capital votante.

2. AS EMPRESAS ESTATAIS POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a Classificação Internacional do DNU)

IV. INDUSTRIA METALURGICA E SIDERURGICA

Nome da empresa, sigla e vinculação ministerial	Instrumento jurídico e ano de criação ou incorporação ao patrimônio público	Forma jurídica. Se subsidiária, sigla do acionista majoritário	Classificação entre as 500 maiores empresas nacionais (1985)	Patrimônio líquido (Cr\$) (000.000)	Lucro ou prejuízo líquido (Cr\$) (000.000)	Principal acionista (1985)	Número de empregados	Principal Atividade (1985)
1. Siderúrgica Brasileira S.A. - SIDERBRAS (NIC)	L. 5919, de 17/09/1973	SEM. "Holding"		16.370.970,8	(15.459.555,9)	BF: 90,371 BNDES: 7,74%	258	Siderurgia.
2. Aços Finos Piratini S.A. RFP (s) (A)	LE. 4072, de 29/12/1960	SEM. S. SIDERBRAS		(2) (866.564,2)	(350.975,6)	SIDERBRAS:83,87 ⁽¹⁾	1.741	Siderurgia.
3. Aço Minas Gerais S.A. - L. 2865, de 12/09/1965		SEM. S. SIDERBRAS	247	12.667.063,8	(330.189,1)	SIDERBRAS:97,01% ⁽¹⁾	3.427	Siderurgia.
4. Cia. Siderúrgica de Mogi das Cruzes S.A. - COSIM (s) (A)	DL. 280, de 28/02/1967	SEM. S. SIDERBRAS		(2) (31.006,6)	(41.989,2)	SIDERBRAS:98,63% ⁽¹⁾	1.213	Siderurgia.
5. Cia. Siderúrgica Nacional S.A. - CSN (s)	DL. 3062, de 30/01/1941	SEM. S. SIDERBRAS	181	9.964.012,0	(4.670.778,9)	SIDERBRAS:96,16%	22.428	Siderurgia.
6. Cia. Ferro e Aço de Vitória-CPAVI(s) (A)	i.p. 31/10/1942	SEM. S. SIDERBRAS	292	(2) 537.780,8	2.512,4	SIDERBRAS:94,38% ⁽¹⁾	2.115	Siderurgia.
7. Cia. Siderúrgica Paulista - COSIPA (s) (A)	i.p. 23/11/1953	SEM. S. SIDERBRAS	183	(2)7.545.294,3	(1.842.639,9)	SIDERBRAS:98,50% ⁽¹⁾	14.946	Siderurgia.
8. Cia. Siderúrgica de Tubarão - CST (s) (A)	i.p. 19/04/1974	SEM. S. SIDERBRAS	203	(2)2.959.843,9	(4.697.804,7)	SIDERBRAS:51,00% ⁽¹⁾	6.278	Siderurgia.
9. Usina Siderúrgica da Bahia S.A.-USIBRAS (A)	i.p. 05/06/1963	SEM. S. SIDERBRAS	373	(2) (205.965,6)	(242.310,9)	SIDERBRAS:99,42% ⁽¹⁾	1.654	Siderurgia.
10. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. USIMINAS (s) (A)	i.p. 25/04/1958	SEM. S. SIDERBRAS	187	(2)3.051.536,6	(437.955,8)	SIDERBRAS:94,12% ⁽¹⁾	14.796	Siderurgia.
11. Cia. Siderúrgica da Amazônia - SIDERAMA (i) (A)? (B)	i.p. 13/05/1975	SEM.		436.488,0	13.127,0	BF:50,201 SUDAM: 20,16%	441	Siderurgia.
12. Cia. Aços Especiais Itabira S.A.-ACESITA (s)	i.p. 31/10/1944	SEM. S. 98	202	4.337.627,4	(931.146,9)	BB: 81,98%	7.932	Siderurgia.

IV. INDÚSTRIA METALÚRGICA E SIDERÚRGICA (continuação)

13.	Cia. Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO (s)	i.p. 2/03/1974	SEM. S. CVRD	192	534.005,0	49.858,0	CVRD: 51%	(81) 25	Produção de pelotas de minério.
14.	Cia. Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO (s) (A)	i.p. 27/04/1973	SEM. S. CVRD	364	230.110,0	75.199,0	CVRD: 50,93%	(81) 27	Produção de pelotas de minério.
15.	Cia. Hispano-Brasileira de Pelotização-HISPANOBRA	i.p. 12/06/1974	SEM. S. CVRD	386	252.057,0	29.760	CVRD: 50,89%	(81) 24	Produção de pelotas de
16.	VALESUL Alumínio S.A. (s)	i.p. 22/11/1976	SEM. S. CVRD	265	1.543.724,1	(38.653,3)	CVRD: 63,29%	931	Produção e comercialização de alumínio.
17.	VALENORTE Alumínio Ltda. (s) (A)	i.p. 09/10/1973	S. CVRD		1.179.092,0	79.159,0	CVRD: 99,99%	0	Projetos para indústria de alumínio.
18.	Alumina do Norte do Brasil S.A.	i.p. 01/09/1978	SEM. S. VALENORTE		444.402,0	---	VALENORTE: 60,8%	10	Produção e comercialização de alumínio.
19.	ALBRAS Alumínio Brasileiro S.A. (s) (B)	i.p. 01/09/1978	SEM. S. VALENORTE		1.733.388,0	---	VALENORTE: 51%	2.015	Produção e comercialização de alumínio
20.	Cia. de Alumínio do Nordeste ALLUNE (s) (B)	i.p. 27/08/1979	SEM. V. SUBENE		360,0	---	SUBENE: 51,77%	---	Produção e comercialização de alumínio.

(1) Percentual do capital votante.

(2) Patrimônio líquido ajustado.

2. AS EMPRESAS ESTATAIS POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a classificação internacional da ONU)

V. INDUSTRIA QUIMICA

Nome da empresa, sigla e vinculação ministerial	Instituto jurídico	Forma jurídica	Classificação entre as 500 maiores empresas nacionais (1985)	Lucro líquido (R\$) (1985)	Principais atividades (1985)	Valor de mercado (R\$) (1985)
1. Cia. Nacional de Alcalis S.A. (S)	Ru. 5664, de 20/07/545	SEM. S. PETROBRAS	145.254,9	(242.848,1) PETROBRAS-92.600	1.795 Indústria e comércio e conservação de barrilha.	1.795
2. Alcaide do Rio Branco de S.A. (S)	L. 6103, de 22/12/1974	SEM. S. DNACALCUL	215.508,7	----- CMA 90,9% (1)	133 Produção de barrilha.	133
3. Docas e Alcaide de Baronesa S.A. - COMBASA (S)	L. 6718, de 20/12/1979	SEM.	297.649,3	1166.413,7 SF: 51.004(1985)	322 Produção e comercialização de combustíveis derivados da madeira.	322
4. Petrópolis Química S.A. - PETROQUISA (S)	L. 6185, de 26/12/1967	SEM. S. PETROBRAS	12.579.437,8	1.155.471,1 PETROBRAS-99,99%	285 "Holdings" da indústria petroquímica estatal.	285
5. DIBRESA - Cia. Petroquímica S.A. (S)	L.p. 96/07/1976	SEM. S. PETROQUISA	5.765.964,1	3.623,5 DIBRESAS- 30,72% PETROQUISA-69,28%	1.549 Produção e comercialização de petroquímicos.	1.549
6. PETROBRAS Indústria e Comércio S.A. (S)	L.p. 06/02/1977	SEM. S. PETROQUISA	1.341.633,3	72.506,3 PETROQUISA- 100%	3.261 Produção e comercialização de estabelecimentos e produtos químicos.	3.261
7. Petroquímica União S.A. - PUSU (S)	L.p. 20/12/1966	SEM. S. PETROQUISA	4.149.979,3	451.626,2 PETROQUISA-67,9%	1.305 Processamento de matéria derivada de petróleo.	1.305
8. Petrópolis Fertilizantes S.A. - PETROFERTIL (S)	L.p. 26/02/1974	SEM. S. PETROQUISA	7.214.120,1	235.800,6 PETROBRAS-99,68%	337 "Holdings" da produção e comercialização de fertilizantes.	337

V. INDUSTRIA QUIMICA (continuação)

9. Indústria Carboquímica Caraterinense S.A. - ICC (s)	L. 4.122, de 27/08/1962	SEM. S. PETROFERTIL	389	654.852,0	658,8	PETROFERTIL:98,00%	616	Industrialização química do Ceará.
10. Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste S.A. NITROFERTIL (s) (A)	i.p. 31/07/1973	SEM. S. PETROFERTIL	51	1.915.649,5	202.530,4	PETROFERTIL:91,58%	2.457	Fabricação e comercialização de fertilizantes e produtos químicos.
11. Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. - ULTRAFERTIL (s) (A)	i.p. 28/08/1965	SEM. S. PETROFERTIL	119	2.546.877,7	15.815,3	PETROFERTIL:100%	2.842	Desenvolvimento, industrialização e comercialização de fertilizantes.
12. Fertilizantes Fosfatados S.A. - FOSFERTIL (s) (A)	i.p. 14/02/1977	SEM. S. PETROFERTIL	64	1.561.739,6	111.082,3	CVRD: 14,02% BNDESPAR: 15,93% PETROFERTIL:70,28%	2.599	Exploração e comercialização de produtos químicos.
13. Goiás Fertilizantes S.A. GOIASFERTIL (s) (A)	i.p. 10/04/1978	SEM. S. PETROFERTIL		687.164,7	8.875,0	BNDESPAR: 19,12% PETROFERTIL:80,85%	866	Industrialização e comercialização de rocha fosfática.
14. Companhia Química do Recôncavo - COR (s) (A)		SEM. S. PETROQUISA		92.169,2	514,4	PETROQUISA:52,68%		Petroquímica.
15. Petroquímica Triunfo		SEM. S. PETROQUISA		237.797,9	(9.776,6)	PETROQUISA:55,35%		Petroquímica.

(1) Percentual do capital votante.

2. AS EMPRESAS ESTAVAM POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a Classificação Internacional da ONU)

VI. INDUSTRIAS INDUSTRIAIS DIVERSAS

Nome da empresa, sigla e votabilidade ministerial	Instituto jurídico e ano de criação ou incorporação ao patrimônio público	Faixa jurídica de capitalização	Classificação entre as 500 maiores empre- sas nacionais (1985)	Patrimônio líquido (Cr\$1.000.000)	Lucro (ou pre- juízo) líquido (Cr\$1.000.000)	Principal acionista (1983)	Principal de en- presa- dos (1985)	Princial atividade (1985)
1. Casa de Moeda do Brasil CMB (NF) (B)	L. 5.595, de 19/02/1975	EF		1.033.350,0	133.590,0	GF: 100%	2.539	Fabrica de pa- pel medel.
2. Cia. Riograndense de Recorridos - CRR (RGE)	L. 6.094, de 08/01/1973	SEN		174.175,9	76.984,6	RNEPAR; 45,33% PETROBRAS; 45,33%	237	Produção e co- mércio de ad- miz e uréia.
3. Cia. Paulista de Celu- lose - COPACE (NF) (B)	D. 74.729 de 18/03/1974	SEN	(136)	(136)	(97)	GF: 100%	69	Fabricação de papel.
4. Cia. Petras Nacionais CNP (B)	L.P. 18/05/1971	SEN, S. IRR		55.220,6	422.724,1	1046 79,38%	1.523	Industrializa- ção e comércio ligação do a- çúcar.
5. Refinaria Nívea S.A. (S) "de liquidação"	L.P. 17/05/1946	SEN, S. CDR		266,0	1.154,2	CNP: 50,41%	1	Industrializa- ção e comércio ligação do aç- úcar.
6. Nucleonê Energéti- ca Brasileira S.A. - NUCELER (S)	S. 75.654, de 16/12/1972	SEN, S. NUCLEBRAS		486.776,1	---	MULLEBRAS (S)	276	Construção de usina experi- mental.
7. Nucleonê Distribui- da S.A. - NUCLEN (S)	L.P. 12/12/1972	SEN, S. NUCLEBRAS		8.318,0	8.407,6	NUCLEBRAS; 75%	797	Serviços de engenharia.
8. Indústria Nucleonêti- ca - INUCEN (S)	L.P. 13/05/1973	SEN, S. CDR	71	1.485.647,0	124.019,0	CNP: 51,63%	---	Produção de celulose.
9. CDRSA - Computadores e Sistemas Automatiza- dos S.A. (S) (B)	L.P. 16/07/1971	SEP		167.169,0	8.209,0	RNESE; 27,56% (S) SEP; 29,28% BRR; 16,38% BB; 13,01%	2.769	Fabricação e comercializa- ção de equipar- mentos de in- formática.
10. Companhia de Celulose de Bahia (S) (B)		SEN, S. RNEPAR		618.557,1	618.557,1	RNEPAR; 98,67% (S)		
11. Cia. Industrializadora de Leite de Minas (B)		SEN, S. CODEMUSF				CODEMUSF; 100,00% (S)		Industria alimentar.

VI. INDUSTRIAS MANUFACTUREIRAS DIVERSAS (continuação)

12. Indústria Têxtil Seridô S.A. (s) (B)	SEM. S. BNDESPAR	BNDESPAR:63,79% ⁽¹⁾	Indústria têxtil.
13. Meridional Artes Gráficas Ltda. MAG (s) (B)	S. MDTVM	MDTVM:78,075X ⁽¹⁾	Indústria gráfica.
14. Cia. Nacional de Tecidos Nova América (privatizada em 09.06.87)	SEM. S. BNDES	BNDES:51,553X ⁽¹⁾	Indústria têxtil.

(1) Percentual do capital votante.

2. AS EMPRESAS ESTATAIS POR SETOR ECONOMICO
Especie e classificação internacional da ONU

201. ENERGIA HIDRELÉTRICA E NUCLEAR

NOME DA EMPRESA, SÓCIA E VINCULAÇÃO ACIONÁRIA	ESTAB. DE CRIAÇÃO	FORMA JURÍDICA	CLASSIFICAÇÃO	FAZENDA	OUTRO LOCAL	PRINCIPAL	ADRES	PRINCIPAL	PRINCIPAL
				ESTAB. DE CRIAÇÃO	OUTRO LOCAL	ESTAB. DE CRIAÇÃO		ESTAB. DE CRIAÇÃO	PRINCIPAL
1. CENTRAIS ELÉTRICAS DE BRASÍLIA S.A. - ELETRONUC (1967)	1. 08/01/1967	S.A. - SÓCIA ÚNICA	20	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	Produção e transmissão de energia elétrica.
2. CENTRAIS ELÉTRICAS DE ANDARAÍ S.A. - ELETRONUC (1967)	2. 01/01/1967	S.A. - SÓCIA ÚNICA	20	ANDARAÍ, GO	ANDARAÍ, GO	ANDARAÍ, GO	ANDARAÍ, GO	ANDARAÍ, GO	Produção e transmissão de energia elétrica.
3. CENTRAIS ELÉTRICAS DE JARAGUÁ S.A. - ELETRONUC (1967)	3. 01/01/1967	S.A. - SÓCIA ÚNICA	20	JARAGUÁ, SP	JARAGUÁ, SP	JARAGUÁ, SP	JARAGUÁ, SP	JARAGUÁ, SP	Produção e transmissão de energia elétrica.
4. CENTRAIS ELÉTRICAS DE ITaipava S.A. - ELETRONUC (1967)	4. 01/01/1967	S.A. - SÓCIA ÚNICA	20	ITAIPAVA, SP	ITAIPAVA, SP	ITAIPAVA, SP	ITAIPAVA, SP	ITAIPAVA, SP	Produção e transmissão de energia elétrica.
5. S.A. Hidroelétrica de Itaipava - ELETRONUC (1967)	5. 01/01/1967	S.A. - SÓCIA ÚNICA	20	ITAIPAVA, PR	ITAIPAVA, PR	ITAIPAVA, PR	ITAIPAVA, PR	ITAIPAVA, PR	Produção e transmissão de energia elétrica.
6. Empresa Estatal de Energia Elétrica - ELETRONUC (1967)	6. 01/01/1967	S.A. - SÓCIA ÚNICA	20	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	Produção e transmissão de energia elétrica.
7. UEP - Serviços de Eletricidade S.A. (1967)	7. 01/01/1967	S.A. - SÓCIA ÚNICA	20	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	Produção e transmissão de energia elétrica.
8. Cia. de Eletricidade de Arapá - GEN (1970)	8. 01/01/1970	S.A. - SÓCIA ÚNICA	20	ARAAPÁ, GO	ARAAPÁ, GO	ARAAPÁ, GO	ARAAPÁ, GO	ARAAPÁ, GO	Produção e transmissão de energia elétrica.
9. Centrais Elétricas de Anápolis S.A. - GEN (1970)	9. 01/01/1970	S.A. - SÓCIA ÚNICA	20	ANÁPOLIS, GO	ANÁPOLIS, GO	ANÁPOLIS, GO	ANÁPOLIS, GO	ANÁPOLIS, GO	Produção e transmissão de energia elétrica.
10. Empresa Nuclear Brasileira S.A. - NUCLEBRAS (1967)	10. 01/01/1967	S.A. - SÓCIA ÚNICA	20	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	BRASÍLIA, DF	Planejamento e desenvolvimento de energia nuclear.

2. AS EMPRESAS ESTAVIAS DO SETOR ECONOMICO
(Segundo a classificação internacional de 300)

2711. COMERCIO E ABASTECIMENTO

Nome da empresa, sigla e vinculação acionistal	Instrumento jurídico e ano de criação ou incorporação ao CIPRA, sigla de acionistas patrióticos e público	Forma jurídica	Classificação entre as 300	Patriótico	Lucro ou prejuízo líquido	Principal acionista	Numero de estabelecimentos	Principal atividade (1985)
			(1985)	(R\$1.000.000)	(R\$1.000.000)	(1982)		
1. Cia. Brasileira de Alimentos - COBAL (ONG)	11.05.56/05/1962	EP	157	525.824,7	58.260,4	95; 1001	9.237	Comercio atacadista e varejista de alimentos agricolas, "holding"
2. Central de Abastecimento de Alimentos - CEAAL (S. A.)	L. 3.441, de 04/02/1971	S/A S. COBAL		3.895,2	(572,9)	COBAL; 50,41	62	Comercio atacadista de produtos agricolas.
3. Central de Abastecimento de Alimentos - CEAAL (S. A.)	L.p. 1677/1972	S/A S. COBAL		16.246,0	(1.622,4)	COBAL; 52,921	50	Comercio atacadista de produtos agricolas.
4. Central de Abastecimento de Alimentos - CEAAL (S. A.)	L.p. 2176/1972	S/A S. COBAL		18.719,9	3.540,2	COBAL; 54,162	116	Comercio atacadista de produtos agricolas.
5. Central de Abastecimento de Alimentos - CEAAL (S. A.)	L. 9.146, de 27/02/1971	S/A S. COBAL		3.524,7	11.212,2	COBAL; 50,216	97	Comercio atacadista de produtos agricolas.
6. Central de Abastecimento de Alimentos - CEAAL (S. A.)	L. 2730, de 27/07/1972	S/A S. COBAL		15.317,1	121,35	COBAL; 55,271	80	Comercio atacadista de produtos agricolas.
7. Central de Abastecimento de Alimentos - CEAAL (S. A.)	L.p. 2703/1972	S/A S. COBAL		2.591,2	4679,1	COBAL; 51,2	85	Comercio atacadista de produtos agricolas.
8. Central de Abastecimento de Alimentos - CEAAL (S. A.)	L. 6.631, de 27/12/1971	S/A S. COBAL		5.015,5	2061,11	COBAL; 56,475	22	Comercio atacadista de produtos agricolas.
9. Central de Abastecimento de Alimentos - CEAAL (S. A.)	L.p. 7162/1972	S/A S. COBAL		1.515,6	(189,6)	COBAL; 52,1	27	Comercio atacadista de produtos agricolas.
10. Central de Abastecimento de Alimentos - CEAAL (S. A.)	L. 66.370, de 27/12/1971	S/A S. COBAL		7.542,9	21.144,3	COBAL; 51,1	68	Comercio atacadista de produtos agricolas.

VIII. COMERCIO E ABASTECIMENTO (continuação)

11. Centrais de Abastecimento da Paraíba - CEASA/PB (s) (A)	i.p. 28/11/1973	SEM. S. COBAL		3.250,9	11.885,71	COBAL: 52,19%	71	Comércio atacadista de produtos agrícolas.
12. Centrais de Abastecimento do Paraná - CEASA/PR (s) (A)	i.p. 11/02/1972	SEM. S. COBAL		13.909,3	33.010,33	COBAL: 52,73%	191	Comércio atacadista de produtos agrícolas.
13. Centrais de Abastecimento de Pernambuco - CEASA/PE (s) (A)	L. 3.995(b), de 14/12/1961	SEM. S. COBAL		40.864,8	13.640,01	COBAL: 78,39%	87	Comércio atacadista de produtos agrícolas.
14. Centrais de Abastecimento do Piauí - CEASA/PJ (s) (A)	i.p. 12/12/1973	SEM. S. COBAL		435,0	170,1	COBAL: 51,00%	54	Comércio atacadista de produtos agrícolas.
15. Centrais de Abastecimento do Rio de Janeiro - CEASA/RJ (s)	DL. 283, de 29/05/1970	SEM. S. COBAL		19.927,8	15.433,41	COBAL: 55,40%	669	Comércio atacadista de produtos agrícolas.
16. Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte - CEASA/RN (s) (A)	i.p. 14/09/1973	SEM. S. COBAL		4.905,2	67,7	COBAL: 75,34%	33	Comércio atacadista de produtos agrícolas.
17. Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul - CEASA/RS (s) (A)	L.E. 5.996, de 03/09/1970	SEM. S. COBAL		21.513,4	469,91	COBAL: 51,99%	174	Comércio atacadista de produtos agrícolas.
18. Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - CEASA/SC (s) (A)	i.p. 29/09/1976	SEM. S. COBAL		7.466,9	769,41	COBAL: 68,48%	32	Comércio atacadista de produtos agrícolas.
19. Centrais de Abastecimento de Sergipe - CEASA/SE (s) (A)	i.p. 09/12/1971	SEM. S. COBAL		3.443,3	1565,01	COBAL: 55,90%	57	Comércio atacadista de produtos agrícolas.
20. Cia. Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEL (M. Agr.)	LD. 7-26/09/1972	EP	401	1.242.586,6	151.645,21	GF: 19%	4.521	Comércio atacadista de produtos agrícolas.
21. Petrobrás Comércio Internacional S.A. - INTERBRAS (s)	i.p. 19/02/1976	SEM. S. PETROBRAS	91	2.037.759,3	270.783,0	PETROBRAS: 99,997%	1.437	Armazenamento de mercadorias
22. Interbrás Cayman Company - CAYMAN (s) (A)	i.p. 18/09/1976	SEM. S. INTERBRAS		1.150.323,0	540.518,7	INTERBRAS: 99,99%	--	Comércio internacional.
23. Interbrás France S.A. (s) (A)	i.p. 16/10/1975	SEM. S. INTERBRAS		8.942,2	4.310,6	INTERBRAS: 96,945%	28	Comércio internacional. (filhas Cayman)

VIII. COMERCIO E ABASTECIMENTO (continuação)

24. Interior Trade Inc. (s) (A)	i.p. 20/07/1978	SEM. S. INTERBRAS		140.662,6	(53.943,1)	INTERBRAS: 100%	125	Comércio internacional. (França).
25. Seagull Trading Company - SEAGULL (s) (B)	i.p. 28/06/1977	SEM. S. INTERBRAS		744.515,3	42.892,9	INTERBRAS: 99%	--	Comércio internacional. (Estados Unidos).
26. Petrobrás Distribuidora S.A. BR (s)	i.p. 12/11/1971	SEM. S. PETROBRAS	33	4.059.196,0	215.896,6	PETROBRAS: 99,742 ⁽¹⁾	4.006	Comercialização e distribuição de derivados de petróleo.
27. Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. - ABGF (s) (B)	L. 3.115, de 16/03/1957	SEM. S. RFFSA		92.005,0	2.640,0	RFFSA: 99,99%	773	Armazenamento de produtos transportados por ferrovias.
28. Cia. de Artesanato do Nordeste S.A. - ARTENE (s) (B)	i.p. 06/06/1962	SEM. V. SUDENE		358,0	88,0	SUDENE: 100%	24	Comercialização e financiamento do artesanato.
29. VALEC - Comércio e Serviços Ltda. (s) (A)	i.p. 22/02/1972	S. CVRD		33,0	628,6	CVRD: 51% DOCEMAYE: 49%	--	Comércio internacional.
30. Rio Doce Europa S.A. - RDE - (s) (B)	i.p. 14/01/1974	SEM. S. CVRD		509,2	63,8	CVRD: 100%	42	Agente comercial da CVRD na Europa. (Bélgica).
31. Rio Doce Internacional Ltda. - RDI (s) (A)	i.p. 14/12/1976	S. CVRD		8.236,0	1.442,0	CVRD: 99,92%	45	Agente comercial da CVRD nas Ilhas Cayman.
32. Itabira Internacional Company Ltd. - ITACO (s) (A)	i.p. 01/08/1966	S. CVRD		(81.139,0)	(76.508,0)	CVRD: 99,99%	--	Agente comercial da CVRD nos Estados Unidos, México e Canadá.
33. Rio Doce América Inc. - RDA - (s) (A)	i.p. 01/01/1978	SEM. S. ITACO		16.655,0	(188.615,0)	ITACO: 100%	25	Agente comercial da CVRD nos Estados Unidos.

VIII. COMERCIO E ABASTECIMENTO (continuação)

34. Rio Duze Ltd. - RIODUZE LIDA. (s) (B)	i.p.01/01/1978	S. RDA	111,425	(192,325)	RDA: 1001	--	Agente comercial da CVRD nos Estados Unidos.
35. Rio Duze Finance Ltd. - RZF - (s) (A)		S. CVRD	1,419,999,0	509,745,0	CVRD: 89,502		
36. Brasil Tropical Alimentos S.A. - BANAVIT (s) (B)		SEM. S. CODEVASF			CODEVASF: 54,442 ⁽¹¹⁾		Comercialização de alimentos.
37. Sementes Formosa S.A. (s) (B)		SEM. S. CODEVASF			CODEVASF: 50,002 ⁽¹¹⁾		Comercialização de sementes.
38. BANTRADE - Dia. Comércio Internacional (s) (B)		SEM. S. MERIDIONAL			MERIDIONAL: 59,494 ⁽¹¹⁾		Comércio internacional.
39. Sul Brasileiro - Comércio, Importação e Exportação S.A. - SBC (s) (B)		SEM. S. MCFI			MCFI: 97,494 ⁽¹¹⁾		Comércio internacional/.
40. Embraer Aviation International - EAI (s) (B)	22/10/1985	SEM. S. EMBRAER	42,105,0	(1,647,0)	EMBRAER: 1001 ⁽¹¹⁾	22	Apio técnico aos produtos da EMBRAER no exterior.
41. Cia. Brasileira de Entrepósitos e Comércio COBEC (NF)	D.L. 2.726, de 16/01/1975	SEM.	82,275,8	(116,531)	BF: 31,270 ⁽¹¹⁾ BB: 21,410 ⁽¹¹⁾	497	Entrepósito e armazenagem.
42. COBEC International Corporation (s)		SEM. S. COBEC	US\$ MIL (228,780)		COBEC: 1001 ⁽¹¹⁾		Entrepósito e armazenagem.
43. COBEC Brazilian Trading and Warehousing Corporation of the U.S. (s)		SEM. S. COBEC	US\$ MIL (73,675)		COBEC: 1001 ⁽¹¹⁾		Entrepósito e armazenagem.
44. COBEC (UK) Limited (s)		S. COBEC	US\$ MIL (19,206)		COBEC: 1002 ⁽¹¹⁾		Entrepósito e armazenagem.
45. COBEC Im und Export S.N.B.H. (s)		SEM. S. COBEC	US\$ MIL (537)		COBEC: 1001 ⁽¹¹⁾		Entrepósito e armazenagem.
46. COBEC Rotterdam B.V.		SEM. S. COBEC	US\$ MIL (442)		COBEC: 1002 ⁽¹¹⁾		Entrepósito e armazenagem.

VIII. COMERCIO E ABASTECIMENTO (continuação)

47. Companhia Brasileira de Comércio Exterior-COBEC Panamá S.A. (s)	SEM. S. COBEC		COBEC: 100% ⁽¹⁾	Entrepoto e armazenagem.
48. COBEC Antilles N.V. (s)	SEM. S. COBEC	US\$ MIL 35	COBEC: 160% ⁽¹⁾	Entrepoto e armazenagem.
49. COBEC Trieste S.R.L. (s)	SEM. S. COBEC	US\$ MIL (12)	COBEC: 99,0% ⁽¹⁾	Entrepoto e armazenagem.
50. COBEC Brazilian Trading Co. Ltd. (s)	S. COBEC	US\$ MIL (1,185)	COBEC: 50,0% ⁽¹⁾	Entrepoto e armazenagem.

1) Percentual do capital votante.

2. AS EMPRESAS ESTATAIS POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a classificação internacional da ONU)

II. TRANSPORTE

Nome da empresa, sigla e vinculação ministerial	Instrumento jurídico e ano de criação ou incorporação ao patrimônio público	Forma jurídica. Se subsidiária, sigla do acionista majoritário	Classificação entre as 500 maiores empresas nacionais (1985)	Patrimônio líquido (Cr\$1.000.000)	Lucro ou prejuízo líquido (Cr\$1.000.000)	Principal acionista (1985)	Número de empregados	Principal Atividade (1985)
1. Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária-Infraero S.A. (Aer.)	L. 5.862, de 12/12/1972	EP		286.220,3	50.924,9	GF: 100%	4.899	Administração de aeroportos.
2. Aeroportos do Rio de Janeiro S.A. - ARSA (s) (R)	L. 5.500, de 25/05/1970	SEM. S. INFRAERO		190.386,6	38.528,4	INFRAERO: 100%	2.676	Administração dos aeroportos do Estado do Rio de Janeiro
3. Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRAS (MT)	L. 6.222, de 10/07 1975	EP - Holding	270	5.291.140,6	1362.529,81	GF: 100%	3.557	Planejamento e financiamento de administração de portos. "Holding".
4. Cia. Brasileira de Dragagem - CBD (s)	L. 4.213, de 14/02/1963	SEM. S. PORTOBRAS		112.711,2	139.536,11	PORTOBRAS: 99,15%	83	Dragagem.
5. Cia. Docas do Ceará- CDC (s) (A)	L. 4.213, de 14/02/1963	SEM. S. PORTOBRAS		81.907,9	(8)	(568) PORTOBRAS: 97,6%	519	Administração de portos.
6. Cia. Docas do Estado da Bahia - CODEBA (s)	i.p. 17/02/1977	SEM. S. PORTOBRAS		184.567,0	(6) 121.4521	PORTOBRAS: 80,26%	1.207	Administração de portos.
7. Cia. Docas do Estado de São Paulo - CODESP (s)	i.p. 01/10/1980	SEM. S. PORTOBRAS	470	334.035,2	163.418,01	PORTOBRAS: 99,89%	11.175	Administração de portos.
8. Cia. Docas do Maranhão - CODOMAR (s)	D. 73.725, de 04/03/1974	SEM. S. PORTOBRAS		75.857,0	(1) 1513,01	PORTOBRAS: 99,87%	141	Administração de portos.
9. Cia. Docas do Pará - CDP (s) (A)	DL. 159, de 10/02/1967	SEM. S. PORTOBRAS		78.709,6	(6) 15.898,01	PORTOBRAS: 100%	657	Administração de portos.
10. Cia. Docas do Rio Grande do Norte - CODERNA (s)	D. 66.154, de 03/02/1970	SEM. S. PORTOBRAS		91.305,1	(6) 122.2821	PORTOBRAS: 99,96%	517	Administração de portos.
11. Cia. Docas do Rio de Janeiro - CODRJ (s) (A)	DL. 256, de 28/02/1967	SEM. S. PORTOBRAS	405	665.267,1	(3) 141.8471	PORTOBRAS: 98,13%	3.467	Administração de portos.
12. Cia. Docas do Espírito Santo - CODESA (s) (A)		SEM. S. PORTOBRAS		298.284,5	(3) 14.851	PORTOBRAS: 100,00%	1.333	Administração de portos.

IX. TRANSPORTE (continuação)

13. Cia. de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRAS (INT)	DL. 62, de 21/11/1966	SEN.		154.774)	(125.257,5)	BF: 99,69%	2.796	Navegação marítima.
14. Vale do Rio Doce Navegação S.A. - DOCENAVE (s)	i.p. 22/10/1962	SEN. S. CVRD	42	2.088.251,0	1.021.670,0	CVRD: 96,63%	1.209	Transporte marítimo de produtos da CVRD.
15. Navegação Rio Doce Ltda. NAV. RIODOCE (s) (A)	i.p. 04/09/1973	S. DOCENAVE		30.352,6	138,0	DOCENAVE: 99,99%	--	Navegação de cabotagem.
16. Seaman Shipping Corporation (s) (B)	i.p. 22/09/1966	SEN. S. DOCENAVE		819.656,2	204.646,2	DOCENAVE: 100%	--	Navegação marítima.
17. Empresa de Navegação da Amazônia S.A. - ENASA (INT)	DL. 21.301, de 26/09/1967	SEN.		156.371,9	(9.994,1)	BF: 100%	462	Navegação fluvial.
18. Cia. de Navegação do São Francisco - FRANAVE (INT) (B)	L. 2.599, de 13/09/1955	SEN.		23.348,0	(454,0)	BF: 85,11%	475	Navegação fluvial.
19. Serviços de Navegação da Baía do Prata S.A. - SNBP (INT) (B)	DL. 154, de 10/03/1967	SEN.		38.186,0	(3.301)	BF: 100%	260	Navegação marítima e fluvial.
20. Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (INT)	L. 3.115, de 16/03/1957	SEN.	12	69.972.449,0	225.962,0	BF: 96,40%	67.522	Transporte ferroviário.
21. Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TREMSURB (s) (B)	D. 04.640, de 17/04/1980	SEN. S. EBTU	191	853.615,0	201.919	EBTU: 28,91% RFFSA: 64,29%	1.253	Estradas de ferro urbanas e suburbanas de Porto Alegre.
22. Estrada de Ferro Corcovado (NF) (B)	D. 66.311, de 12/03/1970	EP			98,4	BF: 100%	101	Estrada de ferro do Corcovado.
23. Participação em Empreendimentos e Transportes S.A. - PETRASA (s)	i.p. 07/10/1974	SEN. S. BR		74.795,0	9.629,9	BR: 100%	14	Participação em sociedades de transporte rodoviário.
24. Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU (MURAI) (B)	L. 6261, de 12/04/1976	SEN.		1.923.117,0	(583.459,0)	BF: 100%	434	Planejamento e financiamento de transporte urbano.

IX. TRANSPORTE (continuação)

25. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEPTOT (NT)	L. 5.908, de 29/08/1973	EP	13.502,8	6F: 1902	1.040	Planejamento e financiamento do transporte.
26. Exeter Shipping Ltd. (S) (R)	J.P. 15/09/1981	S. SEAMAR	56.875,6	SEAMAR: 50%		Navegação artilhas.
27. Nippon Brasil Bulk Carriers Ltd. (S) (A) (I)		S. DUCENAVE	3.285,9	83,9	50%	Navegação artilhas.
28. Lloyd-Libra Navegação S.A. - LLOYDLIBRA (S)		SEM. S. LLOYD Brasileiro	36.723,7	(10.555,3)	50,00%	Navegação artilhas.

(1) Dados de 31/10/85.

2. AS EMPRESAS EXISTENTES POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a classificação internacional de ONU)

1. COMUNICAÇÃO

Nome da empresa, sigla e vinculação ministerial.	Instrumento Jurídico e ano de criação ou incorporação ao patrimônio público	Fórum Jurisdiccional de submissão da empresa para o controle de administração pública	Classificação entre as 500 maiores empresas nacionais	Lucro líquido (R\$ mil. cont. 1985)	Patrimônio líquido (R\$ mil. cont. 1985)	Lucro ou prejuízo líquido (R\$ mil. cont. 1985)	Principal atividade econômica (CIBS)	Hizeta de produtividade (CIBS)
1. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT (NE) (B)	Lei. 209, de 20/03/1969	EP		38.399,0	51.000	55.806	Correios e telégrafos.	55.806
2. Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS (NE)	Lei. 5.771, de 11/07/1972	SEM. S. Holding	B	45.951.065,7	4.174.922,3	4.174.922,3	Planojamento e funcionamento de telecomunicações.	3.100
3. Telecomunicações de Brasília S.A. - TELEBRAS (B)	Lei. 897, de 7/11/1959	SEM. S. TELEBRAS	B0	1.863.921,5	112.051,3	TELEBRAS:655.542	Telecomunicações.	2.803
4. Telecomunicações do Paraltaba S.A. - TELPAR (S) (B)	l.p., 31/12/1974	SEM. S. TELEBRAS	42B	410.329,1	28.351,3	TELEBRAS:70,751	Telecomunicações.	506
5. Telecomunicações de Alagoas S.A. - TELAL (S) (B)	l.p., 30/05/1968	SEM. S. TELEBRAS		309.771,7	14.515,2	TELEBRAS:87,468	Telecomunicações.	769
6. Telecomunicações de Brasília S.A. - TELEBRASIL (S)	Lei. 6.067, de 02/03/1974	SEM. S. TELEBRAS	10B	1.499.534,5	94.404,3	TELEBRAS:70,791	Telecomunicações.	2.547
7. Telecomunicações de Goiás S.A. - TELGOIAS (S) (B)	Lei. 6.910, de 14/05/1968	SEM. S. TELEBRAS		890.770,5	64.539,6	TELEBRAS:87,333	Telecomunicações.	2.034
8. Telecomunicações do Mato Grosso S.A. - TELEMAT (S)	l.p., 23/07/1973	SEM. S. TELEBRAS	142	942.445,4	98.025,9	TELEBRAS:97,968(1)	Telecomunicações.	1.593
9. Telecomunicações de Minas Gerais S.A. - TELMIG (S)	l.p., 01/04/1963	SEM. S. TELEBRAS	20	2.989.274,6	165.326,4	TELEBRAS:83,671	Telecomunicações.	7.793
10. Telecomunicações de Pernambuco S.A. - TELPE (S)	l.p., 10/07/1969	SEM. S. TELEBRAS		1.055.047,5	53.184,4	TELEBRAS:83,814	Telecomunicações.	2.519

I. COMUNICAÇÃO (continuação)

11. Telecomunicações de Londrina S.A. - TELERON (s)	SEM. S. TELEBRAS	304.991,3	43.238,9	TELEBRAS: 89,65%	464	Telecomunicações.
12. Telecomunicações de Sorocaba S.A. - TELARMA (s)	SEM. S. TELEBRAS	61.970,6	6.199,2	TELEBRAS: 74,15%	117	Telecomunicações.
13. Telecomunicações de Santa Catarina S.A. - TELES (s) (A)	SEM. S. TELEBRAS	1.297.323,6	95.615,5	TELEBRAS: 81,91%	1.838	Telecomunicações.
14. Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELES (s) (A)	SEM. S. TELEBRAS	16.413.312,3	1.553.888,9	TELEBRAS: 66,77%	26.254	Telecomunicações.
15. Telecomunicações de Sergipe S.A. - TELSERGIPÉ (s)	SEM. S. TELEBRAS	314.525,2	14.314,2	TELEBRAS: 86,30%	542	Telecomunicações.
16. Telecomunicações do Acre S.A. - TELEACRE (s)	SEM. S. TELEBRAS	87.404,4	984,2	TELEBRAS: 83,99%	213	Telecomunicações.
17. Telecomunicações do Amapá S.A. - TELEAPÁ (s) (A)	SEM. S. TELEBRAS	71.238,2	2.718,2	TELEBRAS: 76,44%	131	Telecomunicações.
18. Telecomunicações do Amazonas S.A. - TELEAMAZON (s) (A)	SEM. S. TELEBRAS	527.765,2	34.691,8	TELEBRAS: 71,52%	829	Telecomunicações.
19. Telecomunicações do Ceará S.A. - TELECEARA (s)	SEM. S. TELEBRAS	1.068.071,3	58.622,6	TELEBRAS: 62,47%	2.157	Telecomunicações.
20. Telecomunicações do Espírito Santo S.A. - TELES (s) (A)	SEM. S. TELEBRAS	754.151,1	62.380,7	TELEBRAS: 91,33%	1.522	Telecomunicações.
21. Telecomunicações do Maranhão S.A. - TELMA (s) (A)	SEM. S. TELEBRAS	437.151,6	30.952,2	TELEBRAS: 80,78%	634	Telecomunicações.
22. Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPARA (s) (A)	SEM. S. TELEBRAS	370.082,3	49.562,5	TELEBRAS: 69,02%	1.637	Telecomunicações.
23. Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR (s)	SEM. S. TELEBRAS	3.300.049,0	253.109,0	TELEBRAS: 70,20%	4.751	Telecomunicações.
24. Telecomunicações do Piauí S.A. - TELEPIAUI (s)	SEM. S. TELEBRAS	361.354,8	19.505,8	TELEBRAS: 74,50%	624	Telecomunicações.

X. COMUNICAÇÃO (continuação)

25. Telecomunicações do Rio Grande do Norte S.A. - TELERN (s) (A)	L. 2.918, de 03/09/1963	SEM. S. TELEBRAS		316.333,7	12.162,5	TELEBRAS: 63,18%	780	Telecomunicações.
26. Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. - TELERJ (s)	D. 16.622, de 28/11/1923	SEM. S. TELEBRAS	30	7.434.276,7	197.019,4	TELEBRAS: 74,75%	15.834	Telecomunicações.
27. Cia. Telefônica da Bor-da do Caopó - CTBC (A)	i.p. 21/05/1953	SEM. S. TELESP	85	1.636.440,2	194.154,0	TELEBRAS: 4,35% TELESP : 74,909%	2.129	Telecomunicações.
28. Cia. Telefônica Melhoramentos e Resistência CTMR (s) (A)	i.p. 11/06/1919	SEM. S. TELEBRAS		139.141,7	10.443,2	TELEBRAS: 78,34%	338	Telecomunicações.
29. Cia. de Telefones do Rio de Janeiro - CETEL (B)	LE. 263, de 24/12/1962	SEM.	316	1.146.604,2	2.907,8	TELEBRAS: 46,13% TELERJ: 24,88%	2.593	Telecomunicações.
30. Cia. Pontagrossense de Telecomunicações - CPT (s)	L. Municipal 1518 11/04/1964	SEM. S. TELEPAR		79.248,0	(1.706,0)	TELEPAR: 86,84% ⁽¹⁾ TELEBRAS: 10,42%	166	Telecomunicações.
31. Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - ENBRATEL (s)	L. 4.117, de 27/08/1962	SEM. S. TELEBRAS	5	9.412.867,4	1.839.923,5	TELEBRAS: 88,40%	11.452	Telecomunicações.
32. Telecomunicações Aero-náuticas - TASA (MAer.)	DL. 107, de 16/01/1967	SEM.		104.152,4	9.791,5	GF: 100%	1.964	Serviços de telecomunicações para navegação aérea.
33. Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRAS (MC) (B)	L. 6.301, de 15/12/1975	EP		112.031,5	139.162,7)	GF: 100%	1.125	Radiodifusão.
34. Companhia Telefônica de Paranaguá - COTELPA (A)		SEM.		37.746,2	1.686,1	TELEBRAS: 33,14% TELEPAR: 32,79%		Telecomunicações.

(1) Percentual do capital votante.

Z. AS EMPRESAS ESTATAIS POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a Classificação Internacional da ONU)

Z.1. CONSTRUÇÃO CIVIL

Nome da empresa, sigla e vinculação ministerial	Instrumento jurídico e ano de criação	Forma jurídica - ca. de subsidiária, sigla de incorporação ao patrimônio público	Classificação - maiores empresas nacionais (1985)	Patrimônio líquido (R\$1.000.000)	Lucro (ou prejuízo) líquido (R\$1.000.000)	Principal acionista (1985)	Número de empregados	Principal atividade (1985)
1. Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S.A. - ECEX (NT)	D. 68.110, de 26/01/1971	EP		28.797,3	1.334,1	EF: 1862	1.287	Construção de grandes obras (barragens e portos, etc.).
2. Cia. Brasileira de Projetos Industriais - COBRPROI (S)	i.p. 28/01/1963	SEM. S. SIDERBRAS		9.970,1	1.911,2	SIDERBRAS: 77,00% CSN: 20,00%	784	Construção de projetos siderúrgicos.
3. Cia. Brasileira de Trens Urbanos (S)	9. 72.242, de 29/06/1974	SEM. S. REFSA	208	14.154.377,4	(314.076,4)	REFSA: 99,92	18.600	Planejar, projetar, construir, instalar, operar e manter sistemas de transportes de passageiros, por trem de superfície.
4. Cia. Nordeste de Sondagens e Perfurações - CONESP (B)	L. 3995 (q), de 27/07/1963	SEM. V. SUDENE		3.368,0	3,0	SUDENE: 99,9%	205	Trabalhos de captação de água.

2. AS EMPRESAS ESTATAIS POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a classificação internacional IS 040)

III. BANCOS, SERVIDOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANCIERAS

Nome da empresa, sigla e vinculo ministerial	Instrumento Juridico e ano de criacao ou incorporacao ao patrimonio publico	Forma juridica. Sigla substancial, sigla do acionista escriptorio	Classificacao entre as 500 maiores empresas nacionais (1985)	Patrimonio liquido (Cr\$1.000.000)	Lucro ou prejuizo liquido (Cr\$1.000.000)	Principal acionista (1985)	Numero de estabelecimentos	Principal Atividade (1985)
1. Banco do Brasil S.A. - BB (NF)	L. 682, de 05/12/1955	SEN.	45.259.065,4	8.536.222,2	861.511,002	117.498	Banco comercial.	
2. Brazilian American Merchant Bank - BAMB (S) (B)	i.p., 21/02/1974	SEN, S. BB	2.932.994,3	592.088,4	884.1002	--	Banco comercial. (Grand Cayman).	
3. Banco do Brasil S.E. - BB S.E. (S) (B)	i.p., 28/01/1980	SEN, S. BB	32.461,1	303,1	884.1002	(83) 14	Banco comercial/Industrial.	
4. Banco Brasileiro - Investimento S.A. - BBI (S) (B)	i.p., 14/11/1980	SEN, S. BB	124.887,4	3.201,2	884.502	(83) --	Banco comercial.	
5. Brazilian Finance and Investment Corporation BFC (S) (B)	i.p., 03/09/1975	SEN, S. BB	2.446,9	(418,4)	884.1002	(82) 3	Banco comercial (Cayman).	
6. BB LERSONE - Leasing Company Ltd. (S) (B)	i.p., 31/02/1982	S. BB.	227.517,2	65.356,1	884.1002	--	"Leasing" (Grand Cayman)	
7. Banco de Reparaçao S.A. - BANCORPAR (S) (B)	L. 5.475, de 24/07/1968	SEN.	27.582,0	1.348,0	371.65.582	268	Banco comercial.	
8. Banco da Nazonnia S.A. - BNSA (B)	DL. 4.451, de 09/07/1962	SEN.	514.173,4	28.463,2	861.511,002X	4.385	Banco comercial e de desenvolvimento.	
9. Banco de Nordeste do Brasil - BNB (B)	L. 1.649, de 19/07/1952	SEN.	2.167.568,0	174.519,4	861.511,002X BNDES: 21,721	7.130	Banco comercial e de desenvolvimento.	
10. Banco Nacional de Desenvolvimento S.A. - BNDES (S) (B)	L. 1.121, de 12/08/1952	SEN.	(158.957,6)	444.229,8	861.511,002	1.399	Banco comercial e de desenvolvimento cooperativas.	
11. Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BERNDES (B)	L. 1.623, de 30/05/1952	EP	37.492.723,0	737.823,4	861.1002	1.118	Banco de desenvolvimento industrial e social.	

III. BANCOS, SEGUROS E OUTRAS INSTITUICOES FINANCIARIAS (continuado)

12. BANCOS PARTICIPARES S.A. - INDUSPAR (S)	SER. 5. BANCOS	5.025.151,0	(545.705,8)	BUMES: 100%	386	Financiamento do desenvolvimento industrial.
13. Agencia Especial de Financiamento Industrial - FINAME (S/IB)	EP. S. BANCOS	5.775.462,0	236.300,0	BUMES: 100%	130	Financiamento industrial.
14. Banco Nacional de Habilitação - BNH (INDUBA) (B)	EP	7.896.892,0	52.604,0	GF: 100%	8.257	Banco de crédito imobiliário.
15. Caixa Economica Federal CEF (NF)	EP	13.756.280,3	565.940,4	GF: 100%	40.018	Banco de parâmetros, crédito imobiliário, administração de letras, Resseguros.
16. Instituto de Resseguros do Brasil - IRB (NF)	SEM.	2.946.744,3	142.751,9	RESEGU: 30%	1.675	Resseguros.
17. United America Insurance Company (S) (E)	S. IRB			IRB: 99,852%		Resseguros ligados Unidos.
18. Comissão de Financiamento da Promoção - CFP (Mogr.)	EP	487.940,9	197.181,7	GF: 100%	749	Financiamento de produtos agrícolas.
19. Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (INCT)	EP	112.326,6	119.867,6	GF: 100%	688	Financiamento de projetos de pesquisa.
20. Banco Meridional de Brasil S.A. (B) (NF)	SEM.	165.612,0	158.229,0	GF: 100%	15.914	Banco comercial.
21. Meridional Banco de Investimento S.A. - MBI (S)	SEM. S. MERIDIONAL	525.979,0	138.746,0	MERIDIONAL: 79,27%	157	Financiamentos.
22. Meridional Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - MCVMA (S) (E)	SEM. S. MERIDIONAL	1.746,0	11.263,0	MERIDIONAL: 160,30%	8	Cobrança e venda de valores mobiliários.
23. Meridional Crédito Imobiliário S.A. - MCI (S) (E)	SEM. S. MERIDIONAL	55.287,0	4,0	MERIDIONAL: 100,00%	---	Financiamento.

XII. BANCOS, SEGUROS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

24. Meridional Crédito, Financiamento e Investimento S.A.-MCFI (s)(B)	L. 7.315, de 27/05/1985	SEM. S. MERIDIONAL	136.747,0	2.912,0	MERIDIONAL: 79,637% ⁽¹⁾	252	Crédito, financiamento e investimento.
25. Meridional Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.-MCTVM (s) (B)	L. 7.315, de 27/05/1985	SEM. S. MERIDIONAL	63.808,0	(2.979,0)	MERIDIONAL: 98,508% ⁽¹⁾	92	Compra e venda de papéis.
26. Meridional Leasing S.A.-Arrendamento Mercantil - MLAM (s) (B)	09/08/1982	SEM. S. MERIDIONAL	14.637,0	445,0		7	Operações de arrendamento mercantil.
27. Meridional Cia. de Seguros Gerais - MCGG (s) (B)		SEM. S. MERIDIONAL			MERIDIONAL: 52,550% ⁽¹⁾		Seguros.
28. COBECOR - Administradora e Corretora de Seguros S.A. (s) (B)		SEM. S. COBEC			COBEC: 100% ⁽¹⁾		Seguros.

(1) Percentual do capital votante.

2. AS EMPRESAS ESTATAIS POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a classificação internacional da ONU)

III. OUTROS SERVIÇOS

Nome da empresa, sigla e vinculação ministerial	Instrumento jurídico e ano de criação ou incorporação ao patrimônio público	Forma jurídica. Se subsidiária, sigla do acionista majoritário	Classificação entre as 500 maiores empresas nacionais (1985)	Patrimônio Líquido (Cr\$1.000,000)	Lucro Líquido (Cr\$1.000,000)	Principal acionista (1985)	Número de empregados	Principal Atividade (1985)
1. Cia. Incentivadora de Atividades Agrícolas e Industriais - CIAAI (s) Em liquidação.	i.p. 24/05/1955	SEM. S. BNDES		7.421,8	6.782,6	BNDES: 100%	(83) 3	Participação societária. Florestal.
2. Datamer S.A. - Sistemas e Processamento de Dados (s)	i.p. 13/02/1970	SEM. S. CEF		298.586,9	16.921,1	CEF: 99,11%	3.150	Serviço de org cessamento de dados, fabricação de material de informática e de programas.
3. Sociedade Educacional Ltda. - SEL (s) (B) liquidada em 30/11/85)	i.p. 22/02/1958	S. DATAMEC				DATAMEC: 100%	(83) 10	Formação de recursos humanos para a informática.
4. Serviço Federal de Processamento de Dados SERPRO (s) (MF)	L. 4.516, de 17/12/1964	EP		371.616,0	1.754,0	BF: 100%	19.536	Serviço de processamento de dados para o governo federal.
5. Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV (MPAS)	L. 6.125, de 04/11/1974	EP		188.996,4	(23.298,4)	BF: 512 MPAS: 492	3.819	Processamento de dados da previdência social.
6. Hospital Cristo Redentor S.A. - REDENTOR (MPAS) (B)	i.p. 22/03/1956	SEM.		12.841,0	2.378,0	BF: 88,9261 ⁽¹⁾	585	Serviços médicos.
7. Hospital Fênix S.A. - FENIXA (MPAS) (B)	i.p. 21/09/1955	SEM.		6.686,0	3.105,0	BF: 76,6461 ⁽¹⁾	362	Serviços médicos.
8. Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO (MPAS) (B)	i.p. 30/07/1966	SEM.		29.674,0	9.465,0	BF: 95,9492 ⁽¹⁾	2.720	Serviços médicos.

XII. OUTROS SERVIÇOS (continuação)

9. Hotel de Praia S.A. - HOTEL PRAIA (a) (A) (Liquidada em 31/12/85)	i.p. 05/03/1971	SEN. S. DATAMEC				--	Hotel.
10. Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras - CAEEB (MNE)	i.p. 22/05/1972	SEN. S. ELETROGERES	106.705,6	10.415,3	CMRAD: 81,502 ⁽¹⁾	1.597	Serviços gerais as companhias de eletricidade. Execução de programa nacional de serviço.
11. Cia. de Águas e Esgotos de Sorocaba - CAER (GTR) (B)	DL. 490, de 04/33/1969	SEN. V. GTR	47.304,0	16.037,0	GTR: 99,84%	145	Distribuição de água e saneamento.
12. Cia. de Águas e Esgotos do Amapá - CAESA (GTA) (B)	DL. 496, de 24/02/1965	SEN. V. GTA	65.448,0	15.751,0	GTA: 99,70%	245	Distribuição de água e saneamento.
13. Cia. de Desenvolvimento do Amapá - CODEASA (GTA) (B)	L. 6.969, de 27/05/1965	SEN. V. GTA	9.212,0	59,0	GTA: 99,397%	190	Financiamento e execução de projetos de desenvolvimento.
14. DIB/DATA (a) Liquidação concluída em 23.09/85		SEN.					
15. Cia. de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR (SEPLAN) (B)	L. 6.665, de 03/07/1979	SEN.	65.830,0	3.090,0	GF: 99,851%	83	Financiamento e execução de projetos de desenvolvimento.
16. Cia. de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIRBA (GTR) (B)	L. 6.695, de 03/10/1979	SEN. V. GTR	9.272,0	12.417,0	GTR: 96,5132 ⁽¹⁾	320	Financiamento e execução de projetos de desenvolvimento.
17. Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF (M1)	L. 6.926, de 16/07/1974	EP	326.412,6	75,6	GF: 100%	2.731	Financiamento e execução de projetos de desenvolvimento.
18. Cia. de Colonização do Nordeste - COLONE (a)	i.p. 19/05/1972	SEN. V. SUDENE	80.503,0	1186,01	SUDENE: 98,765X ⁽¹⁾	529	Colonização agrícola.
19. Cia. Nordeste de Serviços Gerais - CONESS (a) (B)	i.p. 12/12/1963	EP. V. SUDENE	1.507,0	11,0	SUDENE: 100%	684	Serviços técnicos para a SUDENE.

XIII. OUTROS SERVIÇOS (continuação)

20. Empresa Brasileira de Notícias - EBN (MJ) (B)	D. 83.993, de 19/09/1979	EP	30.933,0	4.917,0	BF: 100%	827	Imprensa.
21. Empresa Brasileira de Filmes S.A. - EMBRAFILME (MINC)	DL. 862, de 12/09/1969	SEM.	31.787,3	(32.744,9)	BF: 96,64%	542	Financiamento e co-produção de filmes.
22. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA (MAGR.) (B)	L. 5.051, de 07/12/1972	EP	1.448.291,0	(188.611,0)	BF: 100%	3.438	Pesquisa agrícola.
23. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER (MAGR.) (B)	L. 6.126, de 06/11/1974	EP	48.598,0	(4.518,6)	BF: 100%	434	Assistência técnica à agricultura.
24. Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR (MTC) (B)	DL. 55, de 18/11/1966	EP	(B) 54.881,0	6.046,6	BF: 100%	569	Execução e financiamento da política nacional de turismo.
25. Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA (MED.)	L. 5.604, de 02/09/1970	EP	33.850,1	718,8	BF: 100%	2.449	Serviços médicos.
26. BB Voyages et Tourisme- BB TOURS (s) (A)	i.p. 31/03/1982	SEM. S. BAMB	3.368,4	(1.456,9)	BAMB: 77,33% BB: 2,67%	B	Turismo (Paris)

(1) Percentual do capital votante.

2. AS EMPRESAS ESTATAIS POR SETOR ECONOMICO
(Segundo a classificação internacional da OMI)

XIV. PRINCIPAIS EMPRESAS ESTADUAIS NÃO-FINANCEIRAS

Nome da empresa, sigla e vinculação ministerial	Instrumento jurídico e ano de criação ou incorporação ao patrimônio público	Forma jurídica. Se subsidiária, sigla do acionista majoritária	Classificação entre as 500 maiores empresas nacionais (1985)	Patrimônio líquido (R\$1.000.000)	Lucro (ou prejuízo) líquido (Cr\$1.000.000)	Principal acionista (1985)	Número de empregados	Principal Atividade (1985)
1. Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG (A)	LE. 826, de 14/02/1951	SEM.	6	9.500.509,3	476.714,5	EMG: 84,842% ⁽¹⁾	14.334	Produção e distribuição de eletricidade.
2. Cia. Paranaense de Energia Elétrica - COPEL (B)	DE. 271.054, de 26/10/1954	SEM.	17	5.046.471,0	511.163,0	EPR: 91,169% ⁽¹⁾	8.877	Produção e distribuição de eletricidade.
3. Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETRO PAULO (A)	i.p. 20/03/1981	SEM.	31	3.544.799,6	140.801,3	ESP: 99,762% ⁽¹⁾	20.521	Distribuição de eletricidade.
4. Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA (B)	LE. 1.196, de 10/1959	SEM.	63	2.058.850,0	47.062,0	EBA: 89,144% ⁽¹⁾	7.353	Produção e distribuição de eletricidade.
5. Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CELG (B)	LE. 1.067, de 19/08/1955	SEM.	70	1.970.652,0	137.180,0	EGO: 91,334% ⁽¹⁾	4.162	Produção e distribuição de eletricidade.
6. Companhia de Eletricidade de Pernambuco - CELPE (B)	L. 3764, de 19/11/1960	SEM.	113	1.050.507,0	47.540,0	EPE: 99,795% ⁽¹⁾	4.745	Distribuição de eletricidade.
7. Companhia de Saneamento do Paraná S.A. - SANEPAR (C)		SEM.	126	876.889,0	95.919,0	EPR:		Saneamento.
8. Cia. de Eletricidade do Rio de Janeiro S.A. - CERJ	1980	SEM.	150	1.358.567,7	15.169,8	ERJ: 75,961% ⁽¹⁾	5.193	Produção e distribuição de eletricidade.
9. Cia. Energética de São Paulo - CESP (A)	i.p. 05/12/1966	SEM.	175	25.745.201,0	398.625,0	ESP: 99,693% ⁽¹⁾	15.820	Produção e distribuição de eletricidade.
10. Cia. de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP (C)	LE. 115, de 29/06/1975	SEM.	184	9.720.944,0	168.509,0	ESP:		Saneamento.

(1) Percentual do capital votante.

III. TENDENCIAS

A. Expansão e voluntarismo político

Caberia dizer, finalmente, que o fenômeno do crescimento empresarial público foi, em geral, espontâneo: sua concretização esteve, quase sempre, além da vontade favorável ou contrária dos governos nacionais e não reconheceu fronteiras ideológicas ou geográficas. Não houve tampouco relação causa-efeito entre sistemas políticos (democráticos ou autoritários) e processos de expansão ou limitação da participação do Estado. Na Nigéria, por exemplo, "a criação de empresas públicas no contexto nigeriano, não se deve a nenhuma ideologia explícita. Muito menos o desenvolvimento do setor das instituições paraestatais tem alguma coisa a ver com a ideologia do socialismo, o que faz com que este desenvolvimento não tenha levado nem à socialização da economia, nem à socialização da gestão da empresa pública" 11/.

Na Suíça, a situação é semelhante: "De uma forma geral, a fundação de empresas públicas dotadas de uma certa autonomia resulta, não de uma reflexão teórica profunda, mas sobretudo de considerações políticas e práticas. (...) Outras causas antes mencionadas, especialmente a diferença importante entre o procedimento administrativo e o modo de funcionamento das empresas públicas, aparecem, em verdade, muito mais contingentes. Igualmente, a idéia de que as empresas públicas autônomas foram criadas com o propósito de escapar às pressões políticas parece ser uma generalização ousada ou, talvez abusiva". 12/

Depoimento semelhante é obtido com relação à Argentina: "Es interesante observar como nacieron las empresas, porque analizando los distintos periodos de la politica económica, se ve que no hay mucha correspondencia entre la presencia del Estado en la economía y la ideología que se decia detentar. Se puede así afirmar que el Estado empresario en la Argentina ha sido más el fruto de determinadas circunstancias históricas que una actitud conseqüente de la politica económica de turno con su ideología". "Es así que buena parte de nuestras empresas públicas tiene su aparición en la década del 30, por decisión del gobierno

11/ LALEYE, Oyedekpo Mouftaou. Notes sur les objectifs des entreprises publiques en République Fédérale du Nigeria. Berlin, 1983 (mimeo.), p. 2.

12/ POLTIER, Etienne, L'entreprise publique comme instrument des politiques de l'Etat. Berlin, 1983 (mimeo), p. 39

conservador. En la década del 40 aparecen algunas empresas públicas nuevas, pero la mayoría son transformaciones jurídicas de empresas creadas antes y de la nacionalización de otras". 13/

O panorama no Brasil não discorda do resto. Duas opiniões provenientes de posturas díspares coincidem no substancial: "A ampliação do aparelho estatal no Brasil não ocorreu somente para atender às necessidades criadas por transformações estruturais provocadas pelo processo de desenvolvimento ou para atender à dinâmica própria de cada fase desse processo. Decorreu, principalmente, de pactos, de alianças, de correlações de poder, envolvendo diversas forças sociais ativas". 14/

"...a expansão da base empresarial do Estado se inicia e revela, se não em contradição formal, com a ideologia "liberal" do discurso tecnocrático-militar implantado em 1964; além disso, essa expansão se intensifica, mais tarde, a despeito da forte (ainda que confusa) reação anti-estatizante do setor privado. Circunstâncias essas que talvez sugiram a existência de uma dinâmica de expansão "interna" do aparelho do Estado suficientemente forte para fazer face aos estrangimentos ideológicos e às reações políticas. Cabe notar, ainda, a esse respeito, a ausência, em rompimento com a tradição brasileira anterior, de qualquer ideologia justificadora, de natureza "estatizante", no exato momento em que a ação do Estado se expande; ao contrário, o que se observa é o curioso "retournement", através do qual a burocracia procura "legitimar" sua expansão e o acréscimo de poder dela decorrente, invocando sua condição de ser instrumental da classe capitalista". 15/

Qualquer explicação voluntarista para a expansão do Estado esbarra, pois, na constatação empírica. E, se o crescimento independe de planos e programas, as tentativas de desestatização ou privatização, que não levem em consideração essa característica, estarão fadadas ao insucesso.

B. A outra face do processo: a desestatização

O gigantismo das empresas estatais gerou dúvidas sobre a possibilidade de que as empresas estatais pudessem ser utilizadas como instrumentos de política governamental. Junto com as questões relativas à crescente autonomia das empresas, a crise financeira internacional e as políticas aconselhadas pelo Fundo

13/ UGALDE, Alberto J. Las empresas públicas en Argentina. In: II Seminário Internacional sobre Empresas Públicas: o processo de desestatização (Anais). Brasília, IPEA/CEPAL, 1982.

14/ NICOLLI, Paulo. Discurso inaugural. In: id. ant.

15/ MARTINS, Luciano. Expansão e crise do Estado (Reflexões sobre o caso brasileiro). Pensamento Iberoamericano, no.5, Madrid, ene./jun. 1984, p. 347. Vide também: ID. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 59-61.

Monetário Internacional levaram o governo - através da SEST 16/ - a tentar uma limitação à ação das estatais, especialmente nos aspectos que se relacionam com a dívida externa, a inflação e o déficit fiscal.

Tentou-se, também, diminuir o peso do sistema empresarial do governo, através de um amplo programa de desestatização ou privatização.

Programas desse tipo estão sendo executados em diferentes países (Chile, Grã-Bretanha, Alemanha Federal, Argentina, Uruguai, Guatemala, Noruega, Portugal, Sudão, Quênia, Peru, Jamaica, Sri-Lanka, Filipinas, entre outros). Os resultados desses programas são diversos, mas, na maioria dos casos, provocaram uma diminuição da autonomia das empresas estatais. 17/

16/ Criada em 1979, tendo começado a operar em 1980.

17/ BOGNETTI, Giuseppe. L'impresa pubblica in Europa. In: INTERSIND. L'Europa e l'impresa. Roma, CEDIS, 1986. P. 96-106.

COBURN, John F. e , Lawrence H. Wortzel. The problem of public enterprises: is privatization the solution? Austin, Texas, 1984 (mimeo).

DELION, André et Michel Durupty. Le débat sur les dénationalisations. Revue Française d'Administration Publique No.37. Jan./mars 1986. P. 161-165.

FONTANA, Andrés. Armed forces and neo-conservative ideology: State-shrinking in Argentina (1976-1981). Austin, Texas, 1984 (mimeo).

HERRING, Ronald F. Dismantling a dependent welfare state: The case of Sri Lanka. Austin, Texas, 1984 (mimeo).

PAUL, Samuel. Privatização e o setor público. Finanças e desenvolvimento, dez. 1985. P. 42-45.

RAMANADHAM, V.V. Privatization in the African context. Austin, Texas, 1984 (mimeo).

RUIZ DUENAS, Jorge. L'entreprise publique et les processus d'estabilisation économique: Un étude du cas mexicain. Berlin, 1983 (dactil.).

STEEL, David e David Heald. Privatizing public enterprise: the record of UK conservative government, 1979-83. Austin, Texas, 1984 (mimeo).

VIROLE, Jean. Capitalismo pubblico e privato nel sistema comunitario ad economia mista. In: INTERSIND. Dall'impresa nazionale all'impresa europea. Roma, CESIS, 1986. P. 248-258.

Os fatores que inspiraram os diferentes programas de desestatização parecem ser, no pensamento do Prof. William Glade, da Universidade do Texas, os seguintes:

- 1) Os programas de estabilização do Fundo Monetário Internacional, formulados para serem cumpridos pelos países que enfrentam situações financeiras críticas. Esses programas contêm sempre uma exigência de diminuição do aparelho estatal;
- 2) As condições impostas pelo Banco Mundial para concessão de empréstimos. Entre elas, encontra-se exigência similar à mencionada no ponto anterior;
- 3) As campanhas de promoção da pequena e média empresa que, se bem sucedidas, diminuem o espaço das empresas estatais;
- 4) As empresas multinacionais que, nos países em desenvolvimento, fomentam e cooperam com campanhas que denunciam a expansão estatal;
- 5) A ação de forças sociais internas a cada país, que são induzidas a lutar pela privatização por grupos interessados em aceder a novas áreas de investimento.

C. O programa de desestatização do governo brasileiro

Além da criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais - SEST, cuja missão original foi a de controlar as empresas estatais, de modo a evitar o aumento da dívida externa, da inflação e do déficit fiscal, o governo brasileiro iniciou amplo programa de desestatização.

Em 1981, foram baixados dois decretos do Poder Executivo (86.212, de 15/07/81, e 86.215, de 15/12/81), que tinham por objetivo a transformação, transferência e desativação de empresas sob o controle do Governo Federal e o estabelecimento de restrições para a criação de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações. Os decretos, amplos e minuciosos, estabeleceram uma Comissão Especial destinada a dar execução efetiva às medidas determinadas. (art. 6o., Dec. 86.215, de 15/07/81).

A "Comissão Especial de Desestatização", como foi logo denominada, iniciou suas atividades enquadrando - de acordo com o disposto no decreto que a criara - as empresas que pudessem ser transferidas para o setor privado ou para os Estados e Municípios, ou cujas operações pudessem ser assumidas por outros órgãos administrativos, ou que pudessem ser desativadas total ou parcialmente.

A primeira lista elaborada estava constituída por 43 empresas e abrangia somente empresas que foram absorvidas pelo governo, a maioria por inadimplência de seus proprietários privados. Já em outubro de 1981, a Comissão alterou a lista

retirando três empresas (Federal de Seguros, ECEX e Urucum Mineração) e incluindo cinco (Imobiliária Santa Cecília, SOTECNA, Nitriflex, Fosfertil e Companhia Brasileira de Dragagem - CBD). O número chegou a 48. Anunciou-se, na mesma data, a conclusão de anteprojetos de lei autorizando a privatização da COFAVI e da COSIM - ambas siderúrgicas .

O Decreto 86.215 fixava prazo de doze meses para que a Comissão concluisse seus trabalhos. O prazo foi prorrogado por mais um ano - a partir de 25 de julho de 1982 - porque no tempo previsto a Comissão não conseguiu implementar as decisões adotadas. O presidente da Comissão informava que estava sendo difícil desestatizar as empresas criadas pelo próprio Governo (FSP, 23/6/81, p.21).

Um ano depois, a Comissão informa (FSP, 22/4/83, p.22) a privatização da Federal de Seguros, da Oleos de Palma, da IMBRAPEL e da NITRIFLEX.

Em 16 de abril de 1984, é anunciada a privatização da Editora José Olympio e, em julho do mesmo ano, a prorrogação dos trabalhos da Comissão até 30 de abril de 1985.

Em três anos de trabalho, a Comissão conseguiu transferir para a iniciativa privada 18 empresas (ademais das mencionadas, foram vendidas a Didacta Sistemas Educacionais, a Encine Audivisual, a Cia. de Cimento Perus, a CIBRAPE, a Cia. Química do Recôncavo, a COPERBO, a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, a Método, a Cia. de Tecidos Dona Isabel e quatro empresas do grupo Riocell). Foram extintas nove empresas, quatorze foram incorporadas por outras empresas e três foram transferidas à administração estadual. Efetiva privatização aconteceu, conseqüentemente, em 18 casos.

Paralelamente, foram criadas quatro novas empresas e incluídas como empresas estatais seis outras entidades, além de cinco empresas "papel". Foi encampada pelo Estado a empresa Tecidos Nova América.

Magros foram os resultados, mas o que interessa destacar é o cúmulo de dificuldades que a Comissão encontrou, a maioria originada em outros setores do Estado. Ademais, várias das operações, que chegaram a ser concluídas, foram anuladas pelo Tribunal de Contas da União (caso MAFERSA) ou severamente criticadas por ele (caso da Federal de Seguros). O mesmo corpo condenou a desestatização da fábrica de Tecidos Dona Isabel, por considerá-la lesiva ao patrimônio público.

Em outro caso, os próprios empresários privados denunciaram o risco existente na privatização da Caraíba Metais. Com efeito, a Associação Brasileira de Metais Não-Ferrosos (ABRANFE) denunciou o perigo da criação de um monopólio no fornecimento do cobre.

Em novembro de 1985, criou-se o Conselho Interministerial de Privatização e tornou-se mais amplo o próprio conceito de privatização, que passou a compreender, indistintamente, a abertura do capital social, a alienação de participações societárias e a desativação de empresas sob controle do Governo Federal (Decretos 91.911, de 18/11/85, e 93.606, de 21/11/86; e a Portaria Interministerial No. 10, de 15/1/86, que fixou as normas destinadas à implementação desses decretos).

As modificações não alteraram as limitações impostas pela legislação anterior aos adquirentes do controle acionário de empresas estatais, restringindo-se às empresas e cidadãos brasileiros. Contudo, não mais é exigida a subsequente manutenção do controle nacional do capital e da administração das empresas adquiridas.

Apesar da maior flexibilidade introduzida, os resultados continuaram magros. Mais quatro empresas foram efetivamente privatizadas (Nova América, Grande Hotel Blumenau, Máquinas Piratininga do Nordeste e Máquinas Piratininga) e três encerraram suas atividades (ECEX, Refinaria Ramiro e Cia. Incentivadora de Atividades Agrícolas e Industriais). Integram a atual lista de privatizáveis 54 empresas e outras seis estão submetidas a processos de incorporação ou liquidação. Com relação às quatro empresas que estavam destinadas a abrirem seu capital, nada se efetivou. (Ver Quadro VI). 18/

Paralelamente, foram incorporadas ou criadas várias empresas, algumas de grande magnitude (Embraer Aviation International, COBEL e suas sete subsidiárias, e o Banco Meridional do Brasil - resultado da encampação dos Bancos Sul Brasileiro e Habitasul).

Recentemente, foi anunciada a criação de três novas subsidiárias do Banco do Brasil e uma da PETROBRAS - a Petrobrás Overseas.

Os percalços do processo de desestatização são mais uma evidência do caráter não-voluntarista do processo de expansão do setor público. Da mesma forma que o crescimento foi independente da vontade do governo, é utópico pensar que um grupo de técnicos - por mais competentes que eles sejam - conseguirá enfrentar correntes profundas do sistema sócio-político. É bem curioso verificar a quantidade de vezes que foi anunciada a iminente privatização de determinadas empresas, sem que isso chegasse a acontecer até o presente.

18/ Dados recentes indicam que o total dos recursos financeiros obtidos pelo Programa de Privatização é pouco superior a US\$190 milhões, valor que representa apenas 0,6% do valor do patrimônio líquido das estatais do setor produtivo em dezembro de 1985 (US\$33.723 milhões), e apenas 1,5% do valor de mercado das companhias abertas estatais na mesma data (US\$13.100 milhões). MENDES, Julio César. Uma análise do Programa brasileiro de privatização. Conjuntura Econômica 41 (9), Set. 1987, p.20.

QUADRO VI

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO
RELATÓRIO DA SITUAÇÃO GERAL EM 24/09/87

NOME DA EMPRESA	OBSERVAÇÕES
1. PROCESSOS CONCLUÍDOS	
1. Cia. Nacional de Tecidos Nova América 2. Cia. Melhoramentos Riocanu-Grande Hotel Bispetau 3. Máquinas Piratininga do Nordeste S.A. 4. Empresa Engenharia e Const. Obras Especiais - ECEB 5. Refinaria Ramiro 6. Cia. Incont. Atividades Agrícolas e Industriais 7. Máquinas Piratininga S.A.	Alienação ao Grupo Dataguassos Leopoldina, em 16/10/84 (69.06.87). Alienação à Comercial Claudio Goertner S.A., em 27/05.84. Alienação à Congest Portlands Pety (Grupo Votorantim), em 23/07.87. Encerramento de Atividades em 30.02.87. Anúncio de encerramento publicado. Encerramento de Atividades em 05.05.87. Encerramento de Atividades em 24.07.87. Alienação à Muppertal - Indústria de Máquinas Ltda., em 12.09.87.
2. TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO	
1. Maferasa Sociedade Anônima 2. Cia. Siderúrgica de Pólo das Cruzes - COSIP 3. Cia. Usinas Hidroelétricas - CUN 4. Ferritas Magnéticas S.A. - FERMAE 5. Indústria Aeroespacial Neiva S.A. 6. Centrais de Abastecimento do Pará S.A. 7. Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S.A. 8. Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte S.A. 9. Centrais de Abastecimento do Piauí S.A. 10. Centrais de Abastecimento de Alagoas S.A. 11. Centrais de Abastecimento do Maranhão S.A. 12. Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. 13. Centrais de Abastecimento do Rio de Janeiro S.A. 14. Centrais de Abastecimento do Amazonas S.A. 15. Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul S.A. 16. Centrais de Abastecimento de Sergipe S.A. 17. Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. 18. Centrais de Abastecimento de Pernambuco S.A. 19. Centrais de Abastecimento de Goiás S.A. 20. Centrais de Abastecimento do Ceará S.A. 21. Centrais de Abastecimento de Paraíba S.A. 22. Centrais de Abastecimento de Sergipe S.A. 23. Centrais de Abastecimento de Santa Catarina S.A. 24. Caralho Melado S.A. - Indústria e Comércio 25. Cia. Brasileira de Zinco - CBZ (SABISA) 26. Mineradora Caribasa Ltda. (CARAIBA) 27. Mineradora Carbono Ltda. (CARARCO) 28. Mineradora Caribasa Ltda. (CARAIBA) 29. Cia. Brasileira de Cobre - CBC (CARARCO)	Em definição novo modelo. Em fase de decisão do MII. Encerrada a instalação de ativos. Edificações e elaborações. Em análise documentação societária. Em definição novo modelo. Negociação em andamento. Negociação em andamento. Proposta na Diretoria da COBRAL. Negociação em andamento. Negociação em andamento. Proposta na Diretoria da COBRAL. Negociação em andamento. Negociação em andamento. Negociação em andamento. Negociação em andamento. Proposta aprovada pela COBRAL. Negociação em andamento. Proposta na Diretoria da COBRAL. Proposta na Diretoria da COBRAL. Proposta na Diretoria da COBRAL. Negociação em andamento. Proposta na Diretoria da COBRAL. Em definição programa de ajuste preços. Em definição programa de ajuste preços. Em definição programa de ajuste preços. Em definição programa de ajuste preços. Em definição programa de ajuste preços.

QUADRO VI (continuação)

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO
RELATÓRIO DA SITUAÇÃO GERAL EM 24/09/87

30. Mineração Carbre Ltda. (CARAIBA)	Em definição programa de ajuste prévio.
31. Mineração Carzinho Ltda. (CARAIRA)	Em definição programa de ajuste prévio.
32. FEM - Fábrica de Estruturas Metálicas S.A.	Em definição modelo de privatização.
33. Usina Siderúrgica da Bahia S.A. - USIBA	Em definição programa de ajuste prévio.
34. Açúcar Finos Piratini S.A. - AFP	Em definição programa de ajuste prévio.
35. Cia. Brasileira de Proj. Industriais - (COBRAP)	Em definição modelo de privatização.
36. Cia. Ferro e Aço de Vitória - COFAVI	Em elaboração estudo econômico-financeiro (terceiros).
37. Cia. Siderúrgica da Amazônia - SIDERAMA	Em definição programa de ajuste prévio.
38. Usinas Meridocia S.A. - USIMED	Em definição programa de ajuste prévio.
39. Ferias Acesita S.A. - FASA (ACESITA)	Em estudo retirada do programa.
40. Hospital N.S. da Conceição S.A.	Em estudo retirada do programa.
41. Hospital Cristo Redentor S.A.	Em estudo retirada do programa.
42. Hospital Fênix S.A.	Em elaboração estudo econômico-financeiro (terceiros).
43. Serviço Navegação Baía do Prata S.A. - SNBP	Pendente de definição do acionista controlador.
44. Petroquímica União S.A.	Pendente de definição do acionista controlador.
45. Ind. Carboquímica Catarinense - ICC	Pendente de definição do acionista controlador.
46. Carbonífera Próspera S.A.	Pendente de definição do acionista controlador.
47. DATAMEC S.A. - Sistemas e Processamentos de Dados	Em estudo proposta preliminar de privatização.
48. COBRA - Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.	Pendente de definição do acionista controlador.
49. CIMEFAL Siderúrgica S.A.	Pendente de definição do acionista controlador.
50. Cia. Açúcar Especiais Itaboraí - ACESITA	Pendente de definição do acionista controlador.
51. Acesita Energética S.A. (ACESITA)	Pendente de definição do acionista controlador.
52. Mineração Niquel Santa Maria Ltda. (ACESITA)	Em definição modelo de privatização.
53. Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. - SIBRA	
3. EMPRESAS EM INCORPORAÇÃO/ACERVO EM LIQUIDAÇÃO	
1. ENEMATIC - Eng. Hidráulica e Instrumentação S.A.	Em fase final de liquidação.
2. Cia. Paulista de Deulse - COPASE	Em estudo retirada do programa.
3. Cia. Paulista de Dragagens	Em fase de incorporação pela Portobrás e licitação dos ativos remanescentes.
4. Estrada de Ferro Perus-Pirapora	Em estudo retirada do programa.
5. Cia. Brasileira de Produção e Empreendimento - CIBRAPE	Em estudo retirada do programa.
6. Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus	Em estudo retirada do programa.
4. EMPRESAS DESTINADAS A ABERTURA DO CAPITAL	
1. Telecomunicações Brasileira S.A. - TELEBRAS	Em definição modelo operação; aguardando oportunidade mercado acionário.
2. Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - USIMINAS	Em definição modelo operação; aguardando oportunidade mercado acionário.
3. Petrobrás Distribuidora S.A. - BR	Em definição modelo operação; aguardando oportunidade mercado acionário.
4. Petrobrás Química S.A. - PETROQUISA	Em definição modelo operação; aguardando oportunidade mercado acionário.

D. A autonomia real das empresas estatais

O processo que conduz à decisão - política em alguns casos, empresarial em outros - de criação ou de incorporação de uma empresa apresenta, no caso brasileiro, características interessantes.

O governo estabelece uma empresa visando a execução, com agilidade e eficácia, de uma tarefa determinada. Se a empresa for eficiente e eficaz ou, em outras palavras, se ela consegue atingir a contento as finalidades previstas, irá progressivamente revestindo-se de uma autonomia real cada vez maior. Com o tempo, tornar-se-á praticamente independente do governo e chegará - no caso das grandes empresas - a não obedecer as diretrizes governamentais ou, também, a conseguir do governo as políticas que ela deseja.

Essa autonomia real das empresas estatais fundamenta-se em alguns pontos que convém destacar.

Em primeiro lugar, baseia-se na força econômico-financeira da empresa. Se ela consegue autofinanciar-se - ou, mais ainda, se ela for lucrativa - atingirá um grau de autonomia real bem superior ao das empresas que precisam dos auxílios financeiros do governo para sua sobrevivência. Por diversas razões, a principal das quais foi a obrigação imposta pelo governo para que as empresas financiassem suas despesas correntes com recursos próprios, as estatais brasileiras conseguiram ampliar sua margem de autonomia através do autofinanciamento (alguns casos, como o da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, são modelares neste sentido).

Em segundo lugar, fatores políticos, bem aproveitados pela empresa, aumentam sua autonomia. O prestígio político de seus dirigentes máximos é um elemento acelerador da autonomia. O setor público brasileiro mostra, permanentemente, que quando o presidente de uma empresa estatal possui trânsito fácil nas altas esferas governamentais consegue autorizações e financiamentos para sua empresa que, em muitos casos, ultrapassam as limitações impostas pelos órgãos pertinentes do próprio governo. Outro elemento político importante deriva do fato de a empresa representar valores considerados importantes pela sociedade. Muitas vezes, a empresa encarna valores ligados ao nacionalismo econômico (as petroleiras, por exemplo) e qualquer propósito de interferência do governo é denunciado por ela - com verdade ou não - como um propósito "entreguista". Isto, se bem utilizado, amplia sua autonomia e debilita os controles.

O terceiro elemento importante é a formação de um "esprit de corps", como acontece na maioria das empresas estatais. A identificação dos funcionários e técnicos com o ideário e as finalidades da empresa dá lugar aos comportamentos que John K. Galbraith descreve como próprios da "tecnoestrutura". A vontade do proprietário não poderá nunca contrariar aquilo que a tecnoestrutura considera conveniente para sua empresa.

Os três elementos enunciados aparecem freqüentemente nas empresas estatais brasileiras e, como consequência, a autonomia real de que elas gozam é muito ampla e permite que elas sejam gestoras importantes dos processos políticos de estatização.

E. Autonomia e controle

O problema da quase impossibilidade de controlar as empresas estatais começa a ser colocado em outro plano.

Poucos são os que discutem, com inteligência, a constatação de que as empresas estatais são incontroláveis pelos meios tradicionais. Mas alguns países tentaram com sucesso resolver a questão através da cooptação das empresas no processo de elaboração de políticas que as terão como executoras. O sistema dos contratos-programa da França e dos acordos-programa da Itália ilustra bem esta possibilidade.

A dúvida não radica tanto no controle das empresas pelo Estado, mas sim no controle do Estado e das empresas pela sociedade como um todo. Um dos grandes perigos, para um processo de crescente participação social, está na possibilidade de que as empresas estatais - oriundas de um sistema autoritário e que, logicamente, tendem a reproduzir o sistema no seu funcionamento interno - constituam-se em empecilhos para a democratização, tanto na sua gestão interna, como na limitação para que os cidadãos possam defender-se de eventuais abusos. Se considerarmos o tamanho, a importância e o peso das empresas estatais na vida política, administrativa e econômica, o estabelecimento de entidades todo-poderosas e fechadas impedirá que a participação seja plena. E, talvez, neste campo, que deva ser colocada a polêmica "estatização vs. iniciativa privada". Algumas novas ferramentas utilizadas pelo governo brasileiro, como é o caso da política de reserva de mercado na área da informática, permitem vislumbrar que a empresa estatal já não é considerada a única forma de intervenção estatal na economia. Se o que importa é que o Estado e a sociedade através deste mantenham a reitoria do processo econômico, muitos são os instrumentos possíveis para a execução das políticas governamentais.

A N E X O S

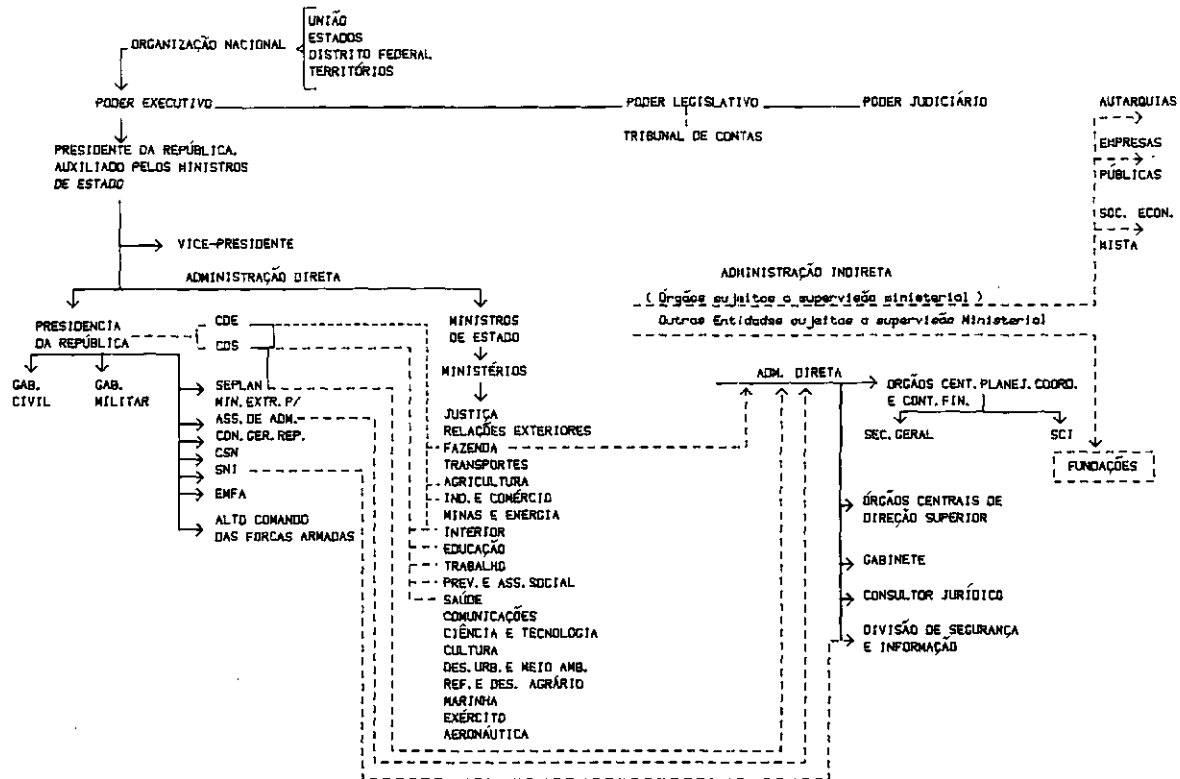
ANEXO I

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS

D.	Decreto
DE.	Decreto Estatual
DL.	Decreto-Lei
EBA	Estado da Bahia
EGO	Estado de Goiás
EMG	Estado de Minas Gerais
EP	Empresa Pública
EPA	Estado do Pará
EPE	Estado de Pernambuco
EPR	Estado do Paraná
ERJ	Estado do Rio de Janeiro
ESP	Estado de São Paulo
GF	Governo Federal
GTA	Governo do Território Federal do Amapá
GTR	Governo do Território Federal de Roraima
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
i. p.	escritura pública
L.	Lei
LD.	Lei delegada
LE.	Lei estadual
MAer	Ministério da Aeronáutica
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCom.	Ministério das Comunicações
MDMa	Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente
MEd.	Ministério da Educação
MEx	Ministério do Exército
MF	Ministério da Fazenda
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MINC	Ministério da Cultura
MI	Ministério do Interior
MJ	Ministério da Justiça
MM	Ministério da Marinha
MME	Ministério das Minas e Energia
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MT	Ministério dos Transportes
(s)	Subsidiária
S	Subsidiária
SEM	Sociedade de Economia Mista
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Presidência da República
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
V.	Vinculada

ANEXO II

ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL
(Constit. Fed., dec. lei 200 e legis. posterior)



A N E X O III

BRASIL - EMPRESAS ESTATAIS

CLASSIFICAÇÃO ENTRE AS 500 MAIORES S.A.
(Exercícios de 1985 e 1986)

	FEDERAIS		ESTADUAIS		T O T A L	
	1985	1986	1985	1986	1985	1986
1 a 100 (1 a 15)	27 (10)	25 (10)	5 (1)	10 (3)	32 (11)	35 (13)
101 a 200	13	8	11	6	24	14
201 a 300	17	7	3	6	20	13
301 a 400	7	17	7	7	14	24
401 a 500	6	10	2	4	8	14
T O T A L	70	67	28	33	98	100

Fonte: Revista Conjuntura Econômica, 40 (8). 33-78. Agosto de 1986; 41 (9). 42-61, setembro de 1987.

ANEXO IV
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS DAS EMPRESAS ESTATAIS

TIPO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	85/80 Var. Real %
1. Empresas do Setor Produtivo Estatal	611.646	597.338	608.779	601.200	617.571	630.730	3,1
2. Entidades Típicas de Governo	22.261	22.104	21.709	21.803	22.251	22.544	1,3
3. Previdência Social	153.447	157.471	171.976	175.769	185.961	196.706	28,2
4. Setor Financeiro	140.222	157.383	181.939	180.131	166.274	204.091	45,5
5. SUBTOTAL Estatais Federais	927.576	934.296	984.403	978.903	1.012.057	1.054.071	13,6
6. Concessionárias Estaduais de Energia Elétrica	91.646	113.787	121.199	122.446	124.930	132.204	44,3
TOTAL	1.019.222	1.048.083	1.105.602	1.101.349	1.136.987	1.186.275	16,4

Fonte: SEPLAN/SEST. Perfil das empresas estatais, 1986.

ANEXO V
EVOLUÇÃO DO INOIBILIZADO DAS EMPRESAS ESTATAIS

TIPO	Valores em Cr\$ bilhões						85/80
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Var. Real I
1. Empresas do Setor Produtivo Estatal (1)	N 3.414,1 R 449.129,6	7.794,1 525.322,4	17.363,9 585.968,7	62.034,4 673.141,5	207.303,0 694.693,0	695.745,2	54,9
2. Entidades Típicas de Governo (2)	N 20,0 R 2.629,2	42,6 2.871,2	96,1 3.243,0	257,1 2.789,8	865,1 2.899,0	2.740,6	4,2
3. Previdência Social (3)	N 18,3 R 2.407,3	18,5 1.246,9	285,0 9.617,6	720,1 7.813,8	2.251,9 7.546,1	7.004,8	191,0
4. Setor Financeiro (4)	N 81,3 R 10.694,9	185,9 12.529,7	429,8 14.504,0	1.161,2 12.186,7	3.932,8 13.178,8	14.031,3	31,2
5. Concessionárias Estaduais de Energia Elétrica	N 745,5 R 98.069,0	1.803,8 121.576,1	3.927,2 132.527,3	12.403,7 134.592,5	40.915,3 137.107,2	140.383,6	43,1
TOTAL	N 4.279,2 R 562.925,0	9.845,0 663.546,3	22.102,0 745.860,6	76.578,5 830.624,3	255.268,1 855.424,1	859.905,5	52,8

Legenda: N: Nominal R: Real em Cr\$ de dezembro/85.

Observações: Dados reais calculados utilizando-se o IGP. Disponibilidade Interna. Col. 2 de final de exercício.

(1) Exclui-se 44 empresas papel não operativas, constituídas apenas para assegurar o direito de exploração de lavra.

(2) Adotou-se para estas Entidades os Bens do Ativo Permanente extraído dos Balanços Patrimoniais.

(3) A partir desta publicação adotou-se a rubrica BENS, em lugar do total do Ativo Permanente, como representativa do Inoibilizado do Grupo SINPAS. Em 1982, alterou-se a metodologia contábil.

(4) Exclui-se o Banco Central.

FONTE: Idem.

ANEXO VI
EVOLUÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DAS EMPRESAS ESTATAIS

TIPO	Valores em Cr\$ bilhões						BS/80 Var. Real %
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
1. Empresas do Setor Produtivo Estatal (1)	N 1.541,0 R167.934,6	3.226,8 167.536,0	6.361,3 168.989,8	16.500,6 172.212,1	57.128,5 185.944,8	185.951,8	10,7
2. Entidades Típicas de Governo	N 25,9 R 2.822,5	49,5 2.570,0	92,0 2.444,0	253,0 2.640,6	627,6 2.042,8	2.402,8	(14,9)
3. Previdência Social	N 949,8 R103.506,4	2.046,4 106.247,0	4.334,7 115.151,3	7.988,1 83.371,8	22.151,1 72.161,8	79.825,5	(32,9)
4. Setor Financeiro	N 4.722,9 R514.687,5	8.856,8 459.836,2	16.863,0 447.965,6	43.895,1 489.444,2	150.661,4 490.402,8	513.233,4	(0,3)
5. Concessionárias Estaduais de Energia Elétrica	N 142,3 R 15.507,4	428,9 22.268,1	872,3 23.172,6	2.067,4 21.577,5	7.358,3 23.951,3	26.407,5	70,3
TOTAL	N 7.381,9 R804.458,4	14.608,4 758.457,3	28.523,3 757.723,3	70.704,2 769.246,2	237.926,9 774.463,5	807.721,0	0,4

Legenda: N: Nominal R: Real em Cr\$ de dezembro/85.

Observações: Dados reais calculados utilizando-se o IGP. Disponibilidade Interna. Col. 2, de média do exercício.

(1) Excluídas 46 empresas papel, não operativas, constituídas apenas para assegurar o direito de exploração de lavra. Eliminadas as duplas contagens.

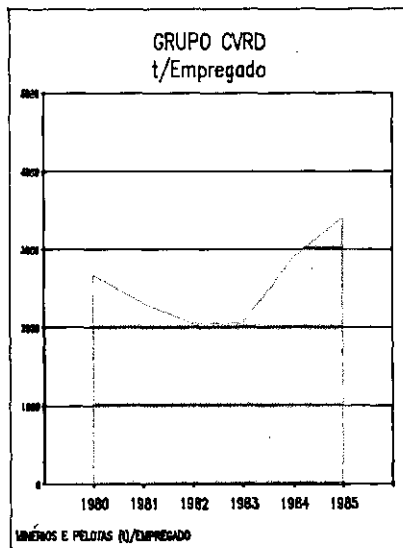
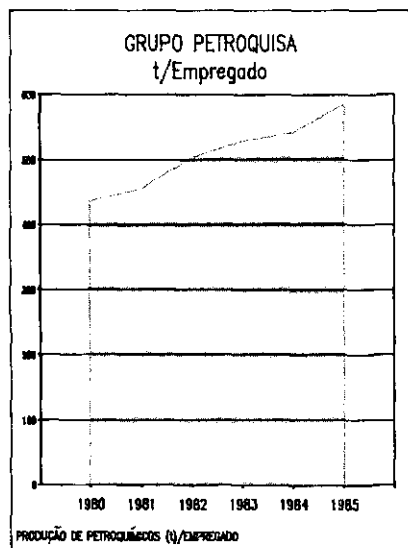
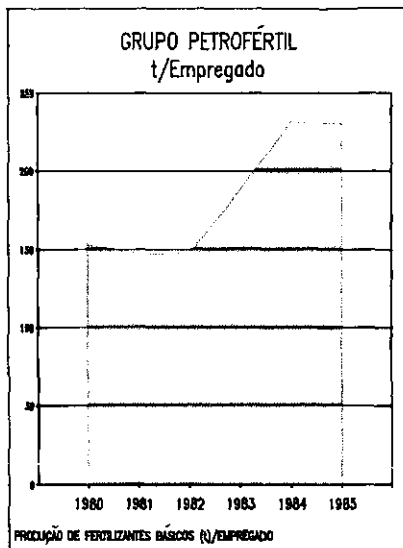
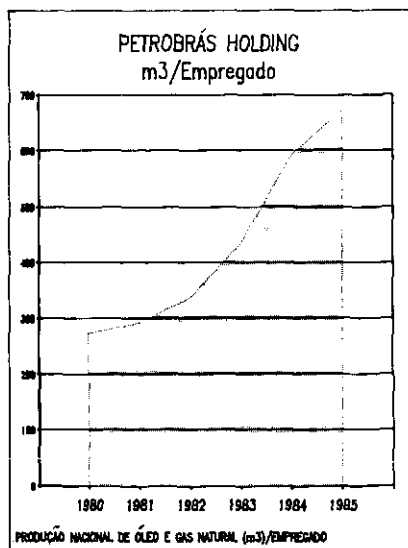
FONTE: Idem.

MEXO VII
INDICADORES DE PRODUÇÃO
SETOR PRODUTIVO ESTATAL

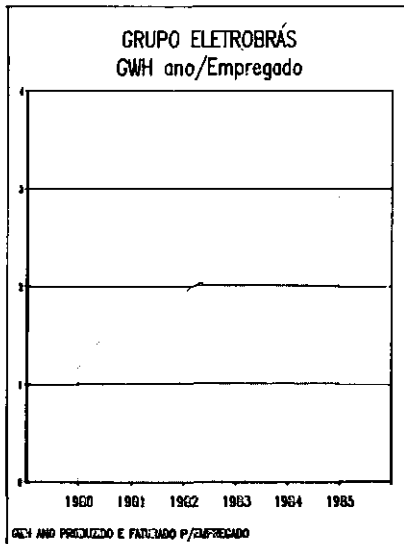
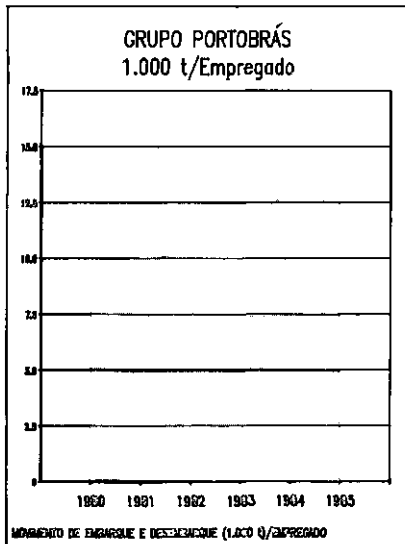
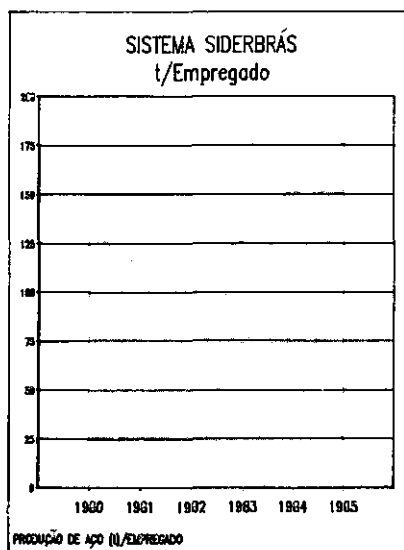
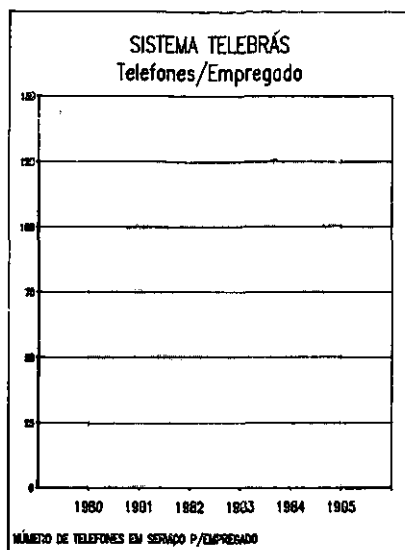
SETORES	Unidade	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ENERGIA ELÉTRICA							
- Produção Bruta Energia Elétrica	GWh (10 ³)	55,9	61,2	63,6	70,8	83,3	94,0
- Consumo de Energia Elétrica	GWh (10 ³)	70,7	69,8	74,5	84,0	98,9	111,5
METALÚRGICO-SIDERÚRGICO							
- Produção de Aço Bruto	TDM (10 ⁶)	9,4	7,7	7,7	9,1	11,4	13,2
TRANSPORTES							
- Embarque/Deseembarque de Cargas em Portos	TDM (10 ⁶)	251,7	252,8	250,7	261,1	306,2	313,6
- Transporte Ferroviário de Cargas	TDM/KM (10 ⁸)	33,1	32,6	31,7	29,6	33,5	37,1
- Transporte Passageiro Sistema Subúrbio	(10 ⁶)	336	380	382	416	497	548
EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE MINERAIS							
- Produção de Petróleo e Liq. Gás Natural	M ³ (10 ⁶)	16,9	12,8	15,5	19,7	27,6	32,7
- Extração e Venda de Minério de Ferro e Pelotas	TDM (10 ⁶)	62,3	61,3	53,8	53,2	71,4	75,4
COMUNICAÇÃO							
- Telefones em Serviço	(10 ³)	7.276	8.159	9.058	9.79	10.570	11.428
- Chamadas Tel. Interurbanas	(10 ⁶)	9.430	10.420	13.968	15.701	17.731	21.141
- Chamadas Tel. Internacionais	(10 ³)	5,5	6,1	6,9	7,5	8,2	10,4

FONTES: Idem.

ANEXO VIII
INDICADORES DE PRODUÇÃO FÍSICA POR EMPREGADO



ANEXO VIII (Continuação)



ANEXO IX
ALOCAÇÃO DE RECURSOS
SETOR PRODUTIVO ESTATAL (%)

CATEGORIA DO ATIVO	1980	1981	1982	1983	1984	1985
CIRCULANTE	19,9	17,5	14,5	13,5	13,4	12,1
REALIZAVEL LONGO PRAZO	4,1	4,5	4,3	3,5	3,4	4,7
PERMANENTE	76,0	78,0	81,2	83,0	83,2	83,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FORTE: Idea.

ANEXO I
ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO
SETOR PRODUTIVO ESTATAL (%)

ORIGEM DOS RECURSOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
CAPITAL DE TERCEIROS	62,44	62,72	63,91	64,98	62,47	63,93
- Curto Prazo	21,13	19,57	18,01	19,05	17,99	21,46
- Longo Prazo	41,31	43,15	45,90	45,93	44,48	42,47
CAPITAL PRÓPRIO	37,56	37,28	36,09	35,02	37,53	36,07
- Resultado de Ex. Futuros	0,07	0,05	0,08	2,77	2,60	2,45
- Participações Minoritárias	2,34	2,65	2,44	2,13	1,97	1,77
- Patrimônio Líquido	34,65	34,58	33,57	30,12	32,96	31,85
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FORNTE: Idea.

ANEXO XI

ORIGEM DO ENDIVIDAMENTO
SETOR PRODUTIVO ESTATAL (%)

ORIGEM DO ENDIVIDAMENTO	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EM MOEDA NACIONAL	21,9	23,4	24,1	28,0	29,9	31,0
EM MOEDA ESTRANGEIRA	41,7	40,9	43,4	50,2	51,8	51,9
OUTRAS FONTES (*)	36,4	35,7	32,5	21,8	18,3	17,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Fornecedores, impostos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas, entre outros.

FONTE: *Idem*.

ANEXO XII

AS MAIORES EM RECEITA LIQUIDA
1985

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	VALOR Cr\$ bilhões
1a.	PETROBRAS (H)	81.596
2a.	BR - DISTRIBUIDORA	23.846
3a.	CVRD (H)	8.586
4a.	ELETRONORTE (H)	8.262
5a.	SEAGULL T. Co.	7.254
6a.	IRB	6.932
7a.	INTERBRAS CAYMAN Co.	6.363
8a.	USIMINAS	6.100
9a.	CSN	6.091
10a.	INTERNOR T. Inc.	5.893

(H) Holding.

AS MAIORES EM NUMERO DE EMPREGADOS
EM 31.12.85

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	No. DE EMPREGADOS (*)
1a.	ECT	69.806
2a.	RFFSA	68.900
3a.	PETROBRAS (H)	53.972
4a.	TELESP	26.254
5a.	CSN	22.428
6a.	CVRD (H)	22.027
7a.	SERPRO	19.536
8a.	CBTU	18.630
9a.	TELERJ	15.834
10a.	COGIPA	14.946

(*) Pessoal Administrativo Operacional e de Investimentos.

(H) Holding.

AS MAIORES EM TOTAL DE ATIVO
IMOBILIZADO EM 31.12.85

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	VALOR Cr\$ bilhões
1a.	ITAIPU	136.095
2a.	RFFSA	83.409
3a.	FURNAS	50.634
4a.	ELETRONORTE	47.104
5a.	PETROBRAS (H)	38.734
6a.	CHESF	32.412
7a.	CVRD (H)	31.063
8a.	AÇOMINAS	28.138
9a.	CST	22.093
10a.	CSN	21.957

(H) Holding.

FONTE: Ideia.

AS MAIORES EM TOTAL DE ATIVOS
EM 31.12.85

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	VALOR Cr\$ bilhões
1a.	ELETRONORTE (H)	199.034
2a.	ITAIPU	138.404
3a.	PETROBRAS (H)	121.985
4a.	RFFSA	102.398
5a.	FURNAS	90.056
6a.	ELETRONORTE	67.477
7a.	CVRD (H)	56.049
8a.	SIDERBRAS (H)	54.181
9a.	AÇOMINAS	51.414
10a.	TELEBRAS (H)	49.895

(H) Holding.

ANEXO XII (continuação)

AS MAIORES EM PATRIMONIO LIQUIDO
EM 31.12.85

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	VALOR Cr\$ bilhões
1a.	ELETRORBRAS (H)	71.679
2a.	RFFSA	69.972
3a.	PETROBRAS (H)	58.761
4a.	TELEBRAS (H)	42.951
5a.	CVRD (H)	27.764
6a.	FURNAS	17.393
7a.	TELESP	16.413
8a.	SIDERBRAS (H)	16.371
9a.	CBTU	14.154
10a.	CHESF	12.692

(H) Holding.

AS MAIORES EM RECURSOS DE TERCEIROS(*)
EM 31.12.85

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	VALOR Cr\$ bilhões
1a.	ELETRORBRAS (H)	127.355
2a.	ITAIPU	112.280
3a.	FURNAS	72.663
4a.	PETROBRAS (H)	63.224
5a.	ELETRONORTE	57.046
6a.	AÇOMINAS	38.747
7a.	SIDERBRAS (H)	37.810
8a.	RFFSA	32.425
9a.	NUCLEBRAS (H)	31.200
10a.	CHESF	28.808

(*) Passivo Circulante e Exigível de Longo Prazo.

(H) Holding.

INDICADORES DE DESEMPENHO
LUCRO LIQUIDO-1985

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	VALOR Cr\$ bilhões
1a.	PETROBRAS (H)	11.130
2a.	TELEBRAS (H)	4.175
3a.	CVRD (H)	3.576
4a.	ELETRORBRAS (H)	2.721
5a.	EMBRATERL	1.840
6a.	TELESP	1.544
7a.	FURNAS	1.240
8a.	PETROQUISA	1.153
9a.	BOCENAVE	1.022
10a.	RJO DOCE FINANCE LTD.	511

(H) Holding.

INDICADORES DE DESEMPENHO
MAIORES PREJUIZOS-1985

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	No. DE EMPREGADOS (**)
1a.	SIDERBRAS (H)	15.459,6
2a.	CST	4.697,8
3a.	CSN	4.670,8
4a.	NUCLEBRAS (H)	2.569,2
5a.	COSIPA	1.642,6
6a.	ACESITA	931,1
7a.	CARAIBA	741,9
8a.	ITAIPU	694,3
9a.	USIMINAS	438,0
10a.	NUCLEP	362,6

(H) Holding.

FONTE: Idem.

ANEXO III (continuação)

INDICADORES DE DESEMPENHO MAIS
RENTÁVEIS (*) - 1985

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	LUCRO LÍQUIDO	
		x100	
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
1a.	DOCENAVE (H)	50,8	
2a.	RIO DOCE FINANCE Ltd.	35,8	
3a.	BRASDIL (BRASOIL)	24,4	
4a.	EMBRATEL	19,5	
5a.	PETROBRAS (H)	18,9	
6a.	INTERBRAS	13,2	
7a.	CVRD (H)	12,8	
8a.	CTBC	11,8	
9a.	PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.	11,1	
10a.	NITROFERTIL	10,3	

(*) Seleccionadas entre as 50 maiores em termos de Patrimônio Líquido Global das estatais do S.P.E.

(H) Holding.

INDICADORES DE DESEMPENHO GANHOS
REAIS NA RECEITA LÍQUIDA (*)
1985

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	VARIACAOZ	
		NOMINAL	REAL
1a.	INTERNOR	1.076,4	261,4
2a.	FURNAS	501,1	84,7
3a.	CARAIBA	432,4	63,6
4a.	USINEC	425,8	61,5
5a.	BRASOIL	402,1	54,2
6a.	EMBRAER	357,2	40,5
7a.	CST	323,8	30,2
8a.	FOSFERTIL	323,0	30,0
9a.	ELETROSUL	313,1	26,9
10a.	CHESF	308,8	25,6

(*) Seleccionadas entre as 50 maiores em faturamento e em atividade em 1985, que representam 95% do Faturamento Global das Estatais S.P.E.

INDICADORES DE DESEMPENHO - PERDAS
REAIS NA RECEITA LÍQUIDA (*)
1985

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	VARIACAOZ %	
		NOMINAL	REAL
1a.	INTERBRAS CAYMAN Co.	135,1	(27,8)
2a.	IIACD	168,1	(17,7)
3a.	VALESUL	190,8	(10,6)
4a.	PETROBRAS (H)	204,5	(6,5)
5a.	BR - DISTRIBUIDORA	204,7	(6,4)
6a.	TELERJ	205,5	(6,2)
7a.	RFFSA	207,5	(5,5)
8a.	INTERBRAS	210,3	(4,7)
9a.	COBESP	217,7	(2,4)
10a.	PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.	218,2	(2,3)

(*) Seleccionadas entre as 50 maiores em Faturamento e em atividades em 1985, que representam 95% do Faturamento Global das Estatais S.P.E.

(H) Holding.

INDICADORES DE DESEMPENHO - PRODUTIVIDADE DOS ATIVOS (*)
1985

ORDEM	SIGLA DA EMPRESA	ACRESCIMO DA RECEITA	
		ACRESCIMO DOS ATIVOS(1)	
1a.	BRASPETRO	3,35	
2a.	FURNAS	0,84	
3a.	CARAIBA	0,83	
4a.	CST	0,55	
5a.	CIBRAZEM	0,51	
6a.	FOSFERTIL	0,49	
7a.	COPELUS	0,37	
8a.	CSN	0,32	
9a.	RIO DOCE FINANCE LTD.	0,26	
10a.	CHESF	0,23	

(*) Seleccionadas entre as 50 maiores em termos de Patrimônio Líquido, que representam 94% do Patrimônio Líquido Global das estatais do S.P.E.

(1) Exclusive investimentos

ANEXO XIII

BRASIL - EMPRESAS ESTATAIS

20 MAIORES POR LUCRO LÍQUIDO (Cz\$bilhões)
Exercício 1986

1a.	PETROBRAS PETROLEO BRASILEIRO S.A.	(*)	28.383
2a.	ELETOBRAS CENTRAIS ELETRS. BRAS. S.A.	(*)	14.286
3a.	TELEBRAS TELECOMS. BRASILEIRAS S.A.	(*)	6.512
4a.	CIA. VALE DO RIO DOCE	(*)	4.267
5a.	CESP CIA. ENERGETICA S. PAULO	(**)	4.193
6a.	REFESA REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A.	(*)	3.659
7a.	FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.	(*)	3.561
8a.	LIGHT SERVIÇOS ELETRICIDADE	(*)	2.803
9a.	VARIG S.A. VIAÇÃO AEREA RIOGRANDENSE	(o)	2.360
10a.	EMBRATEL EMP. BRASILEIRA TELECOMS. S.A.	(*)	2.226
11a.	PETROQUISA PETROBRAS QUIMICA S.A.	(*)	2.221
12a.	TELESP. TELECOMS. S. PAULO S.A.	(*)	2.113
13a.	ELETROSUL CENTRS. ELETRS. SULBRASIL S.A.	(*)	2.088
14a.	ELETROPAULO ELETRICIDADE SAO PAULO S.A.	(*)	2.041
15a.	FEPASA FERROVIA PAULISTA S.A.	(**)	1.956
16a.	S.A. INDS. VOTORANTIM	(o)	1.893
17a.	CHESF CIA. HIDROELETRICA S. FRANCISCO	(*)	1.837
18a.	CEMIG. CIA. ENERGETICA MG S.A.	(**)	1.781
19a.	CONSTRS. COM. CAMARGO CORREA S.A.	(o)	1.553
20a.	PETROMISA PETROBRAS MINERAÇÃO S.A.	(*)	1.527

- * Estatal federal
- ** Estadual
- o Empresa privada nacional

Fonte: Conjuntura Econômica 41 (9), 162. set. 1987.



